



UnB
Universidade de Brasília



UFPB
Universidade Federal da
Paraíba



UFRN
Universidade Federal do
Rio Grande do Norte

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis

**MÉTRICA DE VALORAÇÃO AMBIENTAL: UMA PERCEPÇÃO DA GESTÃO
PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE**

FERNANDA JAQUELINE LOPES

BRASÍLIA-DF

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Reitor:

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo

Vice-Reitor:

Professor Doutora Sônia Nair Bão

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação:

Professor Doutor Jaime Martins de Santana

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade:

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Junior

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais:

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos

Coordenador Geral do Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves



UnB
Universidade de Brasília



UFPB
Universidade Federal da
Paraíba



UFRN
Universidade Federal do
Rio Grande do Norte

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis

FERNANDA JAQUELINE LOPES

**MÉTRICA DE VALORAÇÃO AMBIENTAL: UMA PERCEPÇÃO DA GESTÃO
PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Linha de Pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade.

Grupo de Pesquisa: Contabilidade para Usuário Externo.

Orientadora: Prof. Dr^a. Fátima de Souza Freire

BRASÍLIA-DF

2014

Lopes, Fernanda Jaqueline.

Métrica de Valoração Ambiental: Uma Percepção da Gestão Pública no município de Cavalcante / Fernanda Jaqueline Lopes – Brasília, 2014. 102 f.

Orientadora: Prof. Dra. Fátima de Souza Freire

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais – FACE. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN).

1. Bem Ambiental 2. Contabilidade Ambiental 3. Gestão Ambiental 4. Método do Custo de Viagem. I. FREIRE, Fátima de Souza. II. Universidade de Brasília. III. Universidade Federal da Paraíba. IV. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FERNANDA JAQUELINE LOPES

MÉTRICA DE VALORAÇÃO AMBIENTAL: UMA PERCEPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE

Dissertação submetida à apreciação da banca examinadora do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 25/02/2014

Comissão Avaliadora:

Professora Doutora Fátima de Souza Freire

Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN (Orientadora)

Professor Doutor Marcelo Driemeyer Wilbert

Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN (Membro Examinador Interno)

Professor Doutor Jorge Madeira Nogueira

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Departamento de Economia - ECO/UnB (Membro Examinador Externo)

**BRASÍLIA-DF
2014**

A minha maior riqueza: minha família.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por estar sempre comigo, dando forças e tranquilidade.

À minha família, em especial a minha irmã Patrícia e os meus pais, Margarete e Gerson, que estiveram sempre ao meu lado me apoiando.

Ao meu namorado Josimar, por muito ter me ajudado durante o curso de mestrado. Obrigada por ser tão prestativo e amigo.

Agradeço a minha orientadora Prof^a Dr^a Fátima de Souza Freire, por incentivar e acreditar no trabalho. Por todo apoio e contribuição, meus sinceros agradecimentos.

Aos professores do Departamento de Contabilidade e Atuárias pelos conhecimentos transmitidos.

Aos funcionários da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE), em especial ao pessoal da secretaria de Pós-Graduação do Programa.

Aos meus colegas e amigos da 23^o turma: Izabela, Wolney, Camila, Eliene, Jonatas, Carlos e Alex pelos inúmeros momentos compartilhados nesses dois últimos anos.

Ao Matheus, por ter me ajudado sempre que precisei no desenvolvimento do trabalho.

À administração pública do município de Cavalcante, por ter me acolhido tão bem, permitindo que fosse possível a realização das entrevistas.

Finalmente, ao Centro de Excelência em Turismo da UnB, em nome do diretor Neio Campos, e das colaboradoras do CET Ananda Martins, Elisângela Machado e Dázia Daniele, pelo apoio e fornecimento dos dados que subsidiaram a pesquisa.

À todos que contribuíram de alguma forma para a realização desse objetivo, muito obrigada!

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor,
mas lutei para que o melhor fosse feito. Não
sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não
sou o que era antes”.

Marthin Luther King

RESUMO

O município de Cavalcante-GO possui uma área significativa de preservação ambiental pertencente ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Além de a região apresentar um vasto acervo cultural e histórico, os recursos hídricos e a vegetação, que ainda se encontram preservados, fazem com o município possua um grande potencial turístico. Levando em consideração a importância da região no contexto da preservação ambiental e a gestão desses recursos, torna-se necessário quantificar os bens ambientais e saber qual a percepção dos gestores em utilizar informações ligadas ao meio ambiente na tomada de decisão. A pesquisa buscou aplicar o Método dos Custos de Viagem (MCV) para calcular o valor dos bens ambientais, utilizando as informações obtidas na pesquisa realizada pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET-UnB) entre 11/2011 e 02/2012. Chegou-se a um valor médio de R\$ 4.873,67 por visitante. Com auxílio de entrevistas semiestruturadas, com agentes públicos do município, foi verificado que os gestores têm consciência da importância das informações geradas pelo MCV para a tomada de decisão. Porém, na percepção dos entrevistados, embora tenham essa consciência, o seu uso está condicionado a pré-disposição dos gestores em utilizar ferramentas dessa natureza para auxiliar no desenvolvimento de suas atividades e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas locais.

Palavras- Chave: Bem Ambiental, Contabilidade Ambiental, Gestão Ambiental, Método dos Custos de Viagem.

ABSTRACT

The municipality of Cavalcante -GO has a significant environmental preservation area owned by the National Park Chapada dos Veadeiros. Apart from the region to present a broad cultural and historical assets, water resources and vegetation , which are still preserved, make the city has a great tourism potential. Taking into consideration the importance of the region in the context of environmental preservation and management of these resources, it is necessary to quantify the environmental goods and know what the perception of managers in using information related to the environment in decision making. The research sought to apply the Travel Cost Method (TCM) to calculate the value of environmental goods, using information obtained in the survey conducted by the Centre of Excellence in Tourism at the University of Brasilia (UNB - CET) between 11/2011 and 02/2012. It reached an average value of R\$ 4.873,67 per visitor. With the aid of semi-structured interviews with public officials of the municipality, it was found that managers are aware of the importance of information generated by TCM for decision making. However, the perception of respondents, although this awareness, their use is subject to previous arrangement of managers in using such tools to assist in the development of its activities and contribute to the development of local public policies.

Key words: Environmental Good, Environmental Accounting, Environmental Management, Travel Cost Method.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Origem dos turistas.....	61
Gráfico 2: Escolaridade	62
Gráfico 3: Meio de Transporte.....	63
Gráfico 4: Hospedagem.....	63
Gráfico 5: Visitas ao município de Cavalcante.....	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As três esferas da sustentabilidade.....	29
Figura 2: Assinatura do desempenho de sustentabilidade do desenvolvimento de um campo de petróleo.....	32
Figura 3: Excedente do Consumidor.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias dos serviços ecossistêmicos.....	41
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Custo de deslocamento por quilômetro.....	52
Tabela 2: Faixa etária da amostra.....	62
Tabela 3: Resumo estatístico das variáveis <i>CO</i> , <i>CV</i> e <i>REN</i> (em R\$).....	65
Tabela 4: Resultados da regressão de <i>Poisson</i>	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
BM&Fbovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CCA-UnB	Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CERES	<i>Coalition for Environmentally Responsible Economics</i>
CET-UnB	Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNUMAD	Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CP	<i>Production Clean</i>
CSEAR	<i>Centre for Social and Environmental Accounting Research</i>
CST	Certificação para o Turismo Sustentável
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DAP	Disposição a pagar
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DS	Desenvolvimento Sustentável
EMS	<i>Environmental Management Systems</i>
FCA	<i>Full Cost Accounting</i>
GEMI	<i>Global environmental Management Initiative</i>
GPI	<i>Genuine Progress Indicator</i>
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	<i>Business Charter for Sustainable Development</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPSA	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
IPSASB	<i>International Public Sector Accounting Standards Board</i>
ISEW	<i>Index of Sustainable Economic Welfare</i>

MCV	Método dos Custos de Viagem
ONGs	Organizações Não Governamentais
PERI	<i>Public Environmental Reporting Initiative</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PCH	Pequena Central Elétrica
PNCV	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
SAM	<i>Sustainability Assessment Model</i>
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TEEB	<i>The Economics of Ecosystems and Biodiversity</i>
TS	Turismo Sustentável
UC	Unidades de Conservação
UNCED	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNSTAT	<i>Directory of International Statistics</i>
UNWTO	<i>World Tourism Organization</i>

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE QUADROS.....	12
LISTA DE TABELAS	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	14
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Contextualização	18
1.2 Objetivos da Pesquisa.....	20
1.2.1 Objetivo Geral.....	20
1.2.2 Objetivos Específicos.....	20
1.3 Justificativa.....	20
1.4 Estrutura do Trabalho.....	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Gestão do Meio Ambiente e a Contabilidade.....	23
2.2 Desenvolvimento Sustentável.....	27
2.2.1 Turismo Sustentável.....	32
2.2.2 Destinos Turísticos Sustentáveis.....	35
2.3 Município de Cavalcante-GO.....	37
2.4 Bens Ambientais e a Valoração Ambiental.....	40
2.4.1 Bens e Serviços Ambientais	40
2.4.2 Valoração Ambiental.....	42
2.4.2.1 Método dos Custos de Viagem.....	44
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	49
3.1 Abordagem Quantitativa.....	49
3.1.1 Plano Amostral e Instrumento de Coleta de Dados.....	49
3.1.2 Método dos Custos de Viagem.....	50
3.1.2.1 Modelo.....	50
3.1.2.2 Cálculo dos Custos de Viagem.....	51
3.1.2.3 Cálculo do Excedente do Consumidor.....	53
3.2. Abordagem Qualitativa.....	54
3.2.1 Plano amostral.....	54
3.2.2 Instrumento de Coleta de Dados.....	55

3.2.3 Entrevista Semiestruturada.....	57
3.2.4 Pré-Teste.....	58
3.2.5 Procedimentos Éticos.....	58
3.3 Plano de Análise.....	59
3.4 Limitações da Pesquisa.....	60
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	61
4.1 Análise Quantitativa.....	61
4.1.1 Perfil dos Respondentes da Amostra.....	61
4.1.2 Método dos Custos de Viagem Individual.....	64
4.2 Análise Qualitativa.....	67
4.2.1 Transcrição das Entrevistas.....	67
4.2.1.1 Entrevista 1 (Contador)	67
4.2.1.2 Entrevista 2 (Cidadão Local).....	69
4.2.1.3 Entrevista 3 (Secretário do Meio Ambiente).....	73
4.2.2 Relação Entre os Aspectos Sociais, Econômicos e Ambientais.....	76
4.3 Síntese das Análises Quantitativa e Qualitativa.....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	83
ANEXO A	93
APÊNDICE A	96
APÊNDICE B	98
APÊNDICE C	100
APÊNDICE D	102

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A preocupação pública com a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente aumentou significativamente nas últimas décadas (DAMIGOS, 2006). A exploração constante dos recursos naturais considerados como infinitos, para satisfazer as necessidades organizacionais, por meio dos processos produtivos prejudiciais para o meio ambiente tem alimentado uma preocupação de suas consequências para as futuras gerações (MALTA, COSTA N. M. C e COSTA V. C., 2012). Assim, questões que envolvem a análise do custo/benefício social e avaliação dos danos ligados aos recursos naturais se tornaram extremamente importantes na nova realidade dos negócios (DAMIGOS, 2006).

Este cenário, em que são colocados em evidência os fatores ambientais, proporcionou que fosse aberto um caminho para discussões sobre o tema entre as ciências naturais, biológicas e sociais. Neste escopo está inserida a ciência contábil focando na contabilidade social e ambiental, pois buscam entender os processos produtivos e sociais relacionados às atividades das empresas, de forma a promover uma integração entre os fatores sociais e ambientais (GRAY, 1995). Desta forma, a contabilidade como um sistema de informação que se dispõe a fornecer informações úteis a seus usuários, por meio de suas demonstrações e relatórios, desempenha um papel chave na mediação das relações entre a organização, a sociedade e o meio ambiente (GRAY, 1995).

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), reconhecem que a preservação, conservação e o uso sustentável da biodiversidade possuem valores tanto econômicos como sociais e ambientais, sendo necessário o uso de instrumentos econômicos na gestão da conservação da biodiversidade (MALTA, COSTA N. M. C e COSTA V. C., 2012). Desta forma, a estimação e compreensão do valor econômico da natureza e de seus serviços prestados a sociedade, busca garantir que as variáveis ambientais tenham impacto efetivo na tomada de decisão em políticas públicas em nível local, nacional e global (TURNER, JONES e FISHER, 2010; MALTA, COSTA N. M. C e COSTA V. C., 2012).

Estudos que versam sobre o assunto vêm apresentando um aumento significativo em países que adotam política de preservação da natureza, como os trabalhos de Wild (2013);

Malta, Costa N. M. C e Costa V. C. (2012); Hakim, Subanti e Tamburan (2011); Coffman e Burnett (2009); Blakemore e Willians (2008); Loomis *et al* (2009); Fleming e Cook (2008); Ortiz, Motta e Ferraz (2001); Navrud e Pruckner (1997) e Clough e Meister (1991). Contudo, obter valores significativos para os bens e serviços oriundos dos ecossistemas não é uma tarefa fácil, pois não há mercado formal (TURNER, JONES e FISHER, 2010). Porém, embora existam dificuldades associadas aos procedimentos, o uso de técnicas de valoração ambiental tem aumentado, pois, oferecem vantagens e facilitam a quantificação e integração dos serviços ecossistêmicos à tomada de decisão pelos gestores, além de ser importante para o desenvolvimento sustentável da sociedade (TURNER, JONES e FISHER, 2010; DAMIGOS, 2006).

A literatura sugere vários métodos de valoração, diretos e indiretos, capazes de estabelecer uma conexão entre a provisão dos recursos naturais e a estimativa econômica de seus benefícios (MAIA, 2002). Em meio a esta variedade, os métodos apresentam eficiências muito específicas de acordo com o objeto a ser valorado, porém a maior dificuldade comum a todos está na estimação de valores relacionados à existência do recurso ambiental, não levando em consideração a utilidade futura ou atual (MAIA, 2002).

Dentre as metodologias indiretas, os métodos mais aplicados e discutidos nos trabalhos científicos relacionados ao tema são o método de valoração contingente e o método dos custos de viagem (CLOUGH e MEISTER, 1991; GARCIA, 2012; ABREU, SILVA e JÚNIOR, 2008; TAFURI, 2008; PORTER, 2004).

O município de Cavalcante, área escolhida para estudo, é representativo para o Estado de Goiás, pois além de compor parte da Chapada dos Veadeiros, é considerada uma área de conservação ambiental muito importante para o cerrado brasileiro. Além de a região apresentar um vasto acervo cultural e histórico, oriundo do período colonial, os recursos hídricos e a vegetação, que ainda encontram-se preservados, faz com que o município possua um grande potencial turístico, devido à variedade de atrativos naturais existentes, oferecendo a população em geral uma gama de serviços ambientais (OBSERVATÓRIO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL, 2008; DAMANDO, 2003).

Levando em consideração a importância ambiental da localidade e a incorporação das informações ambientais na tomada de decisão dos gestores, surge o seguinte problema de pesquisa: **Qual a percepção dos gestores do município de Cavalcante, frente ao valor econômico dos bens ambientais da localidade?**

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral

O trabalho tem como objetivo geral apresentar uma métrica de valoração ambiental para a reserva ambiental da Chapada dos Veadeiros, com intuito de verificar a percepção dos agentes públicos em utilizar as informações geradas pela contabilidade como uma forma de contribuir para ação/planejamento de políticas públicas no Desenvolvimento Sustentável da região.

1.2.2 Objetivos Específicos

Como forma de contribuir com os resultados que serão obtidos com o objetivo descrito acima, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Aplicar o método dos custos de viagem individual, para estimar o valor dos bens ambientais do município de Cavalcante;
- Verificar como as informações obtidas pela valoração ambiental podem auxiliar os gestores do município na tomada de decisão.

1.3 Justificativa

A internacionalização da contabilidade, em decorrência da globalização da economia, tem exigido a padronização das normas contábeis nos setores público e privado, objetivando alcançar uma maior transparência nos relatórios financeiros com informações de alta qualidade para os seus diversos usuários.

O patrimônio cultural é composto, dentre outros itens, por reservas naturais, áreas de conservação e sítios arqueológicos. Embora a norma internacional destinada ao assunto, a *International Public Sector Accounting Standard (IPSA) 17*, não exija o reconhecimento desses bens, ela é expressamente clara que nos casos em que as entidades reconheçam, deve-se atender às exigências de divulgação da norma sobre os bens do patrimônio cultural

reconhecidos, mas não é obrigatório aplicar as exigências expressas sobre mensuração (IPSA 17). Corroborando, Wild (2013) cita que além de não haver obrigatoriedade para reconhecer esses ativos, não há um padrão contábil para o tratamento desses bens, tão pouco para a elaboração de relatórios e avaliação da prestação de contas de gestão.

Dessa forma, mesmo não havendo exigência formal sobre reconhecimento e mensuração, a norma não é suficientemente clara na descrição de como os componentes do patrimônio cultural poderão ser quantificados quando não há preço de mercado para os vários bens e serviços ambientais, além da dificuldade em determinar seu valor intrínseco. Assim, mesmo com esses fatores limitantes que provocam vieses na atribuição de valor a esses bens, a economia propõe procedimentos de valoração indireta, que podem ser uma opção para a mensuração desses bens pelas entidades governamentais.

O Método dos Custos de Viagem (MCV), por exemplo, é um dos métodos mais indicados quando aplicado para estimar o valor econômico de atividades recreativas e ecoturísticas em áreas naturais protegidas, além de ser frequentemente utilizada por agências governamentais (DAMIGOS, 2006; MUELLER, 2007; MALTA, COSTA N. M. C e COSTA V. C., 2012). Assim, o valor econômico encontrado pelo MCV é obtido com base nos custos de se utilizar tais áreas para determinados fins, considerando as oportunidades de recreação e ecoturismo condicionadas às opções dos visitantes e ao tempo e dinheiro disponíveis para tais atividades (MUELLER, 2007; MALTA, COSTA N. M. C e COSTA V. C., 2012).

Estudos dessa natureza são de suma importância, pois a valoração econômica como ferramenta que auxilia a estimação do valor dos ativos ambientais, juntamente com análises de custo versus benefício dessas informações, pode possibilitar, de acordo com Boogards (2007), o direcionamento de verbas para atividades que proporcionam a população um maior benefício, otimizando assim a alocação de recursos públicos. Neste sentido, os valores obtidos para esses bens permite que seja gerada uma contrapartida aos gastos orçamentários com as unidades de conservação de forma a justificar tal valor à sociedade, onde dado um orçamento limitado, esses valores permitem indicar prioridades de investimentos e manutenção entre unidades de conservação como forma de maximizar o bem estar gerado por seus serviços ambientais à sociedade (MOTTA, 1997; ORTIZ, MOTTA e FERRAZ, 2001).

Domiciano C.S., Ribeiro e Dominiciano F.S. (2013) desenvolveram um trabalho sobre o perfil socioeconômico e os Custos de Viagem dos visitantes do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), buscando analisar a contribuição dos turistas para o desenvolvimento da comunidade.

Ademais, devido à grande importância da região, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que visem ir além de evidenciar a importância da área em termos ambientais e monetários. As informações geradas pelas métricas de valoração econômica devem ser tratadas também, de forma a analisar quais seriam os impactos positivos e negativos sobre as políticas públicas locais, considerando o desenvolvimento sustentável de municípios do entorno da chapada.

Por meio da aplicação do método dos Custos de Viagem, método capaz de estimar o valor dos bens ambientais do município de Cavalcante, e das entrevistas semiestruturadas, buscar-se-á analisar a percepção dos agentes públicos em utilizar essas informações geradas como instrumento de ação/planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região.

Nesse sentido, tão importante quanto valorar os bens ambientais para fins de tomada de decisão administrativa e contábil, é saber como os gestores públicos se posicionam frente a esta temática, pois os elementos socioeconômicos que compõem a valoração podem ser caracterizados como um sinalizador para destinação de receitas e despesas públicas, bem como para investimentos em preservação e conservação da natureza. Além disso, pode auxiliar os gestores governamentais em captar recursos, contribuindo significativamente tanto para o desenvolvimento local, como para a elaboração, execução e acompanhamento de projetos ligados ao turismo sustentável.

1.4 Estrutura do Trabalho

Este trabalho é composto por cinco seções, incluindo a introdução. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico que dá suporte para o seu desenvolvimento. Dentre os temas tratados estão a gestão do meio ambiente e a contabilidade, desenvolvimento sustentável, bens ambientais e a valoração ambiental, focando no método do custos de viagem. Na Seção 3 são apresentados os aspectos metodológicos utilizados no trabalho, os quais foram divididos em duas abordagens: quantitativa e qualitativa. Ambas abordagens explicitam os métodos utilizados para seleção da amostra e coleta de dados, procedimentos utilizados nas análises, o plano de análise dos dados e as limitações da pesquisa. Na seção seguinte são demonstrados os resultados e as análises são apresentadas. Por fim, na seção cinco são feitas as considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão do Meio Ambiente e a Contabilidade

O atual cenário em que as organizações estão inseridas, que envolve não só os aspectos econômicos e financeiros, mas também ambientais, induz que as diversas ciências trabalhem em conjunto em prol do desenvolvimento científico. Além disso, faz com que os setores público e privado invistam em políticas públicas eficazes e mecanismos que colaborem para a tomada de decisão.

A interdisciplinaridade ligada aos assuntos sobre a conservação do meio ambiente, sendo este considerado como algo de interesse mundial que afeta os mercados como um todo tende a fazer com que a contabilidade busque estabelecer um elo harmônico das relações entre a organização, a sociedade e o meio ambiente (GRAY, 1995). Neste sentido, a contabilidade, como citado por Gray (1995), está ligada fortemente com diversos assuntos e atua no controle da eficiência das organizações no setor público. Devido a esta vasta área de atuação, os usuários da contabilidade cada vez mais reconhecem que a prática contábil reflete o contexto social em que as organizações estão inseridas. Tudo isso contribui para a construção da realidade social por meio dos demonstrativos elaborados.

A prática e a pesquisa da contabilidade social e ambiental iniciaram em meados da década de 1970 (JONES, 2003; PARKER, 2011), tendo maior ascensão na década de 1980 (EUGENIO, LOURENÇO e MORAIS, 2010). Isso se deu devido à necessidade apresentada pelas empresas em inserir a discussão acerca das questões ambientais com as partes interessadas. Nesse contexto, tem ocorrido o desenvolvimento de novas estruturas corporativas e para o aumento do número de empresas que começaram a divulgar informações de caráter social e ambiental (EUGENIO, LOURENÇO e MORAIS, 2010).

Gray (1995) descreve que a contabilidade social está relacionada à análise dos efeitos sociais da prática contábil utilizada pelas empresas, à investigação de como alguns efeitos adversos da prática atual podem ser melhorados e a estudos de outras possíveis formas de prestação de contas das atividades organizacionais. Sendo assim, inserem-se nesse contexto as questões ambientais decorrentes do comportamento organizacional, fazendo surgir a contabilidade ambiental, responsável por gerar informações sobre o impacto das atividades das organizações sobre o meio ambiente (GRAY, 1995).

A contabilidade ambiental, de acordo com Ribeiro (2005, p. 45) objetiva "identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados à proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade". Neste sentido, Cruz, Marques e Ferreira (2009) citam que os elementos a serem incluídos no esquema contábil deveriam refletir o conceito de bem estar econômico, computando todas as atividades e ações que impactam o patrimônio ambiental, de forma positiva ou negativa.

Dessa forma, para Tinoco e Robles (2006) a utilização da contabilidade da gestão ambiental, pode atuar como instrumento facilitador do uso e compartilhamento de informações contábeis visando a otimizar a eficiência do uso dos recursos naturais, o que contribui para a redução dos riscos, dos impactos e dos gastos na preservação ambiental.

A gestão ambiental pode atuar como mecanismo estratégico e pode auxiliar nas ações sustentáveis desenvolvidas pelas empresas. Para alguns autores, a gestão ambiental é caracterizada como um sistema organizacional, que permite que ações desempenhadas pelas organizações atuem de forma a reduzir ou eliminar os danos provocados ao meio ambiente em decorrência de suas atividades (TINOCO; ROBLES, 2006; TINOCO; KRAEMER, 2011).

Na visão de Garcia (2012) a utilização de elementos ligados a gestão do meio ambiente possibilita que o Estado e os agentes interessados tenham condições de adotar os instrumentos teóricos e legais para que seja possível desenvolver uma gestão adequada. Porém, conforme citado por Merico (2002 apud GARCIA, 2012), a gestão ambiental depende tanto do arcabouço legal, para que seja possível a execução de ações que busquem a sustentabilidade; como de uma estrutura técnico administrativa, em que os agentes possam ser capazes de aplicar as leis e contribuir para a fiscalização, elaboração e execução de programas e projetos ligados à temática.

Em análise cronológica dos dispositivos legais que tratam sobre o meio ambiente no Brasil, tem-se primeiramente a Lei 6.938/1981, a qual estabelece os princípios que norteiam a recuperação, melhoria e preservação da qualidade ambiental em prol do desenvolvimento socioeconômico. Posteriormente, tem-se a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, reconhecendo a importância dos ecossistemas para o bem-estar humano e para a manutenção da vida, definindo as responsabilidades dos entes federativos com relação ao meio ambiente e enumerando quais recursos naturais são considerados patrimônio público. Por fim, tem-se a Portaria 42/1999, que estabelece a gestão ambiental como uma função de governo.

A contabilidade tem potencial para gerar informações úteis para gestão dos recursos naturais. No entanto, como citado por Cruz, Marques e Ferreira (2009), tanto o setor público como o privado tem evidenciado pouco as informações sobre a interação entre a atividade econômica desenvolvida e o meio ambiente. Cabe ressaltar ainda a falta de preparação dos gestores em relacionar a informação ambiental com as variáveis econômicas (CRUZ, MARQUES e FERREIRA, 2009). Contudo, levando em consideração os aspectos legais, os autores discutem a possibilidade do poder público evidenciar em seus relatórios contábeis e orçamentários informações acerca da gestão dos recursos ambientais. Se a gestão ambiental é uma função de governo, o que pode implicar em gastos, é necessário o uso de instrumentos de planejamento governamental. Além do que, segundo Tinoco e Robles (2006), devido à importância dos assuntos ambientais para a sociedade, elas deveriam ser evidenciadas, pois o seu impacto sobre os resultados das organizações ocorrem em curto, médio e longo prazos.

Dentre as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, emitidas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB), tem-se a *International Public Sector Accounting Standard (IPSA) 17 – Property, Plant and Equipment*, que trata sobre o ativo imobilizado, conceituando o patrimônio cultural. Reservas naturais, áreas de conservação e sítios arqueológicos, de acordo com a IPSA 17, são exemplos de itens que se encaixam na definição de bens que compõe o patrimônio cultural.

Dentre as características citadas pela norma, têm-se algumas que são muito específicas acerca desses bens. Pode-se citar, por exemplo, a característica de o bem possuir o valor ambiental, cultural e histórico, que na maioria das vezes não é refletido no valor financeiro baseado no preço de mercado. Além disso, embora haja dificuldade em estimar a vida útil, eles são insubstituíveis e seus valores podem sofrer alterações positivas no decorrer do tempo, independente de sua condição física (IPSA 17).

Como os recursos naturais fazem parte do patrimônio público, eles também deveriam ser reconhecidos nos demonstrativos contábeis e orçamentários nas esferas Federal, Estadual e Municipal, pois eles são capazes de gerar benefícios futuros, enquadrando-se na definição de ativos. A informação contábil acerca do tema, de acordo com Cruz, Marques e Ferreira (2009) é um instrumento relevante capaz de auxiliar na gestão dos recursos ambientais pelas entidades governamentais. Porém, isso não acontece atualmente.

Nesse sentido, Ferreira (1995) aponta que a Contabilidade, como meio de informação das transações e eventos econômicos, deve estar a par das discussões a respeito de problemas ecológicos com o intuito de contribuir para a busca de meios para resolvê-los. Assim, de

acordo com o mesmo autor, a abordagem social da contabilidade obriga as empresas e o governo a participar de forma ativa em pesquisas sobre como informar os eventos realizados pelas entidades que impactam o meio ambiente buscando formas que melhor quantifiquem esses dados por meio de métodos de mensuração (FERREIRA, 1995). Sendo assim, a utilização da gestão ambiental, para Tinoco e Robles (2006), pode atuar como instrumento facilitador para o uso e compartilhamento de informações contábeis, visando otimizar a eficiência do uso dos recursos naturais, o que contribui para a redução dos gastos na preservação e os impactos ambientais em decorrência das atividades desenvolvidas pelas empresas e órgãos governamentais.

Disclosure Ambiental

A busca por um maior *disclosure* e por boas práticas de governança corporativa por parte das empresas vem se tornando relevante em decorrência das exigências por parte dos diversos usuários da contabilidade sobre informações de caráter ambiental.

O *disclosure* ambiental é definido por Berthelot, Cormier e Magnan (2003) como um conjunto de informações que relata o passado, presente e futuro do desempenho e da gestão ambiental da empresa, bem como as implicações financeiras das ações e das decisões ambientais. Para diversos autores, essas informações de caráter ambiental podem ser obrigatórias, quando exigidas por leis e regulamentos, ou voluntárias quando são baseadas em diretrizes e orientações (Berthelot, Cormier e Magnan, 2003; Nossa, 2002).

Nossa (2002) cita que em países como a Dinamarca, Holanda, Japão, as informações de caráter ambiental a serem divulgadas pelas empresas estão sendo padronizadas. Na Espanha, a divulgação dessas informações é regulamentada, sendo obrigatória para as empresas do setor elétrico (ESPANHA, 1998).

No Brasil, além de ser reduzido o número de empresas que divulgam informações de cunho ambiental nos demonstrativos financeiros, a evidenciação e publicação de informações ambientais não é obrigatória, sendo o *disclosure* ambiental de caráter voluntário (ROVER *et al*, 2012; FARIAS e RIBEIRO, 2009). Contudo há normas específicas para a divulgação ambiental como, por exemplo, a Norma e Procedimento de Auditoria nº 11 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o Parecer de Orientação nº 15/87 da Comissão de Valores

Mobiliários (CVM), e a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 15 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (ROVER *et al*, 2012).

Gray e Bebbington (2000) criticam a eficácia dos demonstrativos de caráter voluntário, citando que os relatórios ambientais refletem apenas os aspectos do desempenho ambiental que as organizações estão dispostas a divulgar. Sendo assim, os relatórios desempenham o papel de um instrumento de legitimação e não um mecanismo de prestação de contas. Há vários instrumentos utilizados pelas empresas para divulgar informações ambientais, tais como relatório de administração, de sustentabilidade, balanço social e relatório ambiental. Além de esses relatórios, há também as *home pages* das empresas e informações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (FARIAS e RIBEIRO, 2009).

Para Sampaio e Porte (2013) os principais veículos de comunicação de informações dessa natureza de caráter voluntário são os relatórios de sustentabilidade. O balanço social e o relatório socioambiental seguem alguns parâmetros e diretrizes, como por exemplo, os do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e do *Global Reporting Initiative* (GRI), os quais se destacam no âmbito nacional e internacional respectivamente (ROVER *et al*, 2011; SAMPAIO e PORTE, 2013). Contudo, cabe ressaltar que há também outras "recomendações" e "padronizações" muito usadas para a elaboração de relatórios ambientais, como exemplo: *Public Environmental Reporting Initiative* (PERI) e *Coalition for Environmentally Responsible Economics* (CERES) na América do Norte; *Global Environmental Management Initiative* (GEMI) nos Estados Unidos da América; *Business Charter for Sustainable Development* (ICC) entre outros (NOSSA, 2002).

A gestão do meio ambiente deve ser planejada pela administração com o intuito de obter os melhores resultados das atividades operacionais desenvolvidas pelas organizações. Nesse sentido, a incorporação e difusão da noção de desenvolvimento sustentável no meio corporativo podem contribuir para o crescimento organizacional de forma responsável.

2.2 Desenvolvimento Sustentável

A partir dos anos 60, a questão ambiental passou a fazer parte do escopo de pesquisas no mundo, oriundo das projeções acerca da escassez dos recursos naturais (MAY, LUSTOSA e VINHA, 2003). Em 1971 foi realizado um Seminário Internacional sobre Desenvolvimento

do Meio Ambiente na cidade suíça de Founex, como evento preparatório à Conferência sobre o Meio Ambiente de 1972 em Estocolmo, onde alavancou a discussão sobre questões ambientais e a sustentabilidade à escala global.

Em 1987, foi publicado o Relatório de Brundtland ou Nosso Futuro Comum, que trata sobre a preocupação com a "deterioração acelerada do meio ambiente humano e dos recursos naturais, e as consequências dessa deterioração para o desenvolvimento econômico e social" (DREXHAGE e MURPHY, 2010, p. 7). Porém, o fortalecimento e consolidação sobre o assunto ocorreu apenas com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), ocorrida após a Rio 92, onde foi aprovado o *Rio Declaration on Environment and Development* e a Agenda 21, onde a noção de desenvolvimento sustentável se propagou e se estruturou.

Uma das discussões correntes da UNCED diz respeito à mensuração do desenvolvimento sustentável a partir da conciliação entre crescimento econômico e o uso sustentável dos recursos. Maia (2002) cita que antes as estatísticas relacionadas sobre o meio ambiente eram dissociadas da economia. Assim, "embora produzissem índices considerados úteis, para organizar e apresentar dados ambientais em quantidades físicas eram incapazes de incorporar dados monetários para permitir a conexão com variáveis econômicas" (MAIA, 2002, p.18).

A disseminação dos assuntos ligados ao meio ambiente fez com que muitos centros de pesquisas que abarcam o tema fossem criados ao longo dos últimos anos, onde juntamente com a academia, objetivam alcançar o "aprimoramento metodológico e à consistência dos resultados" (CAMPHORA e MAY, 2006, p. 4). O *The Economics of Ecosystems and Biodiversity* (TEEB), por exemplo, busca estabelecer uma cadeia global de estudos sobre o processo de análise do benefício econômico global da diversidade biológica, dos custos da perda da biodiversidade e a falta de medidas de proteção contra os custos de conservação eficaz. Já o CSEAR (*Centre for Social and Environmental Accounting Research*), ligado a Escola de Gestão da *University of St. Andrews* na Escócia, fundado em 1991 por Rob Gray, é uma entidade que busca desenvolver estudos mais específicos, correlacionando o tema central sobre o meio ambiente e a contabilidade.

Dentre as diversas definições para o Desenvolvimento Sustentável (DS), a mais difundida e utilizada é aquela trazida pelo Relatório Nosso Futuro Comum como sendo: "desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a

capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades" (*World Commission on Environment and Development - WCED, 1987, p. 37, tradução própria*).

Embora esta definição suscite críticas, Bebbington (1997, p.11) cita que questões-chaves inerentes ao DS é a forma de "organizar os sistemas econômicos atuais em que o desenvolvimento ocorre, sem prejudicar o meio ambiente, onde as gerações atuais usufruem e as futuras gerações usufruirão" (tradução própria). Dessa forma, para Lee (2001) o DS é tido como uma meta de longo prazo, em que, no médio e curto prazo, as metas de longo prazo estabelecidas possam ser definidas e utilizadas como forma de alcançar a sustentabilidade, sendo esta caracterizada como o núcleo das relações entre economia, meio ambiente e sociedade, como demonstrado na figura 1.

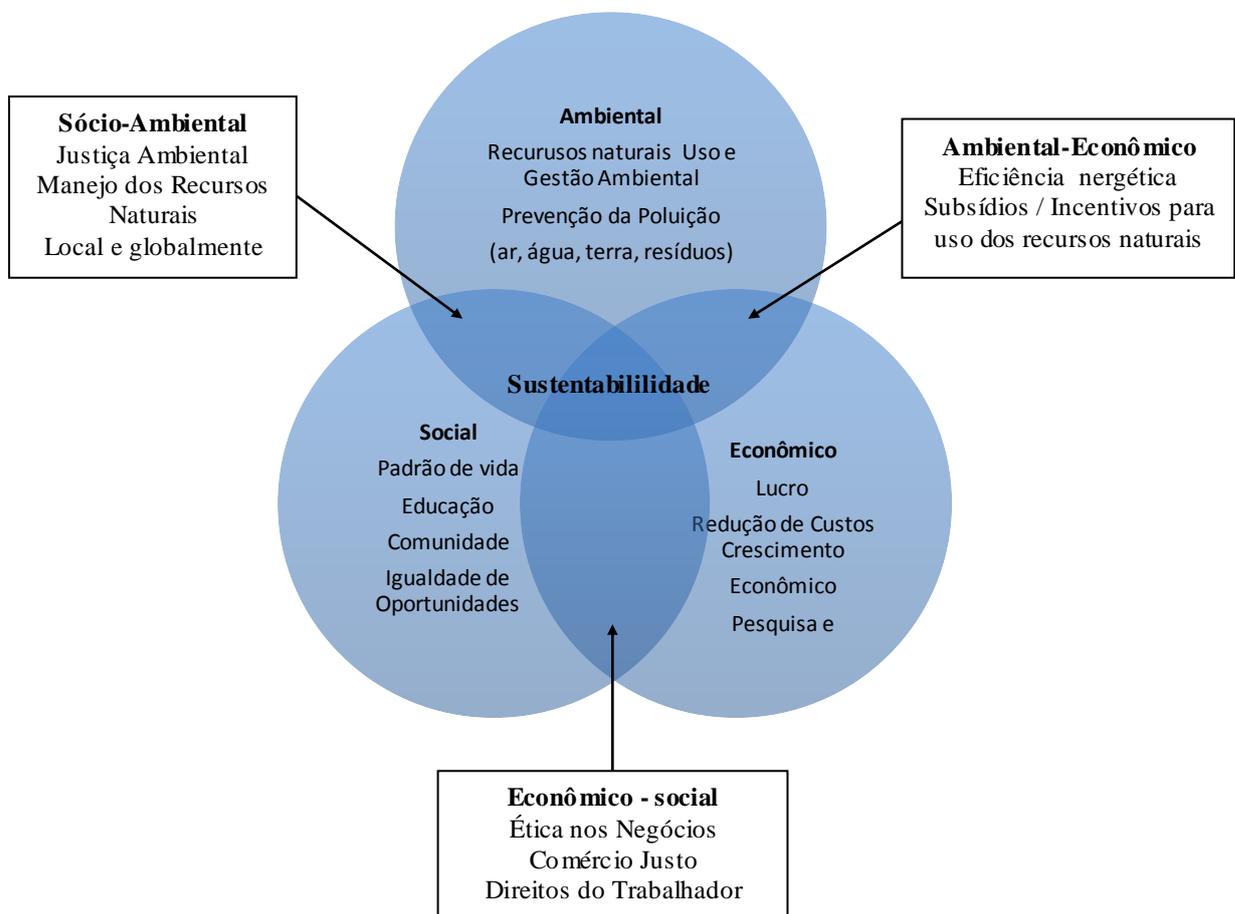


Fig.1. As três esferas da sustentabilidade
Fonte: LOUSIER 2010 (tradução nossa)

A implantação do DS teve que lidar com as influências e tensões entre governo, empresas e organizações não governamentais (ONGs), as quais após a Rio 92 não se engajaram nas ações propostas como deveriam. Drexhage e Murphy (2010) citam que a falta

de implantação do DS está ligado ao fato das ações tenderem a enfatizar os sintomas da degradação ambiental e não a fonte de problemas subjacentes, sendo o desenvolvimento visto como crescimento meramente econômico. Assim, a implantação do DS ainda configura-se como um desafio atual e futuro, em que para ter integração entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, é fundamental a interação entre os entes que compõem a sociedade (governo, empresas, ONGs e a população).

Embora haja dificuldades para sua implantação, na literatura são discutidas e desenvolvidas técnicas capazes de mensurar o DS, visando permitir a tomada de decisão baseado nas informações geradas. Estas técnicas levam em consideração três abordagens (BEBBINGTON, 2007).

A primeira abordagem faz uso de um conjunto de indicadores escolhidos aleatoriamente, em que cada um refere-se a algum aspecto do DS. O conjunto desses indicadores é capaz de fornecer uma visão geral do desempenho do DS. A avaliação do DS é feita a partir de indicadores como, por exemplo: Indicadores de uso de recursos (trabalho, estrutura da população, resíduos, clima, qualidade do ar e da água e biodiversidade); Energia (consumo); Transporte (deslocamento e acessibilidade); Social (saúde, segurança, educação e lazer). Uma das críticas a esta abordagem é que nem sempre o uso de um determinado conjunto de indicadores é capaz de evidenciar se o sistema está mais sustentável ou não (BEBBINGTON, 2007).

Já a segunda abordagem, utiliza indicadores combinados com alguma regra direcionada a demonstrar se o DS pode ser alcançado ou não. Exemplo desta abordagem é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o qual visa mensurar o desenvolvimento humano dos países, tendo como critério o uso da média dos indicadores de educação, longevidade e renda (BEBBINGTON, 2007).

A terceira abordagem caracteriza-se como uma extensão da abordagem anterior, em que ao invés de encontrar números 'abstratos', busca-se utilizar uma métrica comum, como por exemplo, o dinheiro, em que a monetização dos dados busca traduzir as decisões e consequências do DS, em uma linguagem que pode ser utilizada em complemento a outras ferramentas tradicionais. O PIB, por exemplo, é um indicador que representa o sucesso da economia, porém sob o ponto de vista do DS, ele não é capaz de captar o bem-estar da sociedade e tão pouco os impactos sociais e ambientais decorrentes do desenvolvimento econômico. Assim, as duas principais abordagens utilizadas para estabelecer um indicador monetário, utilizado para quantificar o desempenho aproximado do DS para a economia são o

Índice de Bem Estar Econômico Sustentável - ISEW (*Index of Sustainable Economic Welfare*) e o Indicador de Progresso Genuíno - GPI (*Genuine Progress Indicator*), sendo que ambos utilizam métodos semelhantes as medidas do PIB, além de utilizá-lo como base para ajuste de alguns elementos em seu cálculo (BEBBINGTON, 2007).

Em nível de empresa e projetos, a modelagem monetária é semelhante aos utilizados pelo governo, em que medidas convencionais, como a rentabilidade, não são capazes de captar todas as externalidades de determinadas atividades (BEBBINGTON, 2007).

Em meados da década de 1990 foi desenvolvido o *Full Cost Accounting* (FCA), utilizado como ferramenta contábil que busca alcançar uma melhor compreensão das operações organizacionais, por meio da identificação dos custos externos associados a determinadas atividades das empresas e seus impactos no meio ambiente, em que por meio desse método as organizações podem melhorar o desempenho ambiental com a incorporação dessas informações no processo de tomada de decisão (BEBBINGTON *et al*, 2001).

O FCA gera informações sobre as externalidades, que são caracterizadas como os elementos mais controversos e difíceis deste método, pois esses itens estão intimamente ligados aos problemas que o DS procura tratar que surgem principalmente das deficiências estruturais da sociedade, o que dificulta a redução, por exemplo, do meio ambiente, a um valor monetário (FRAME e CAVANAGH, 2009).

Vários modelos utilizando a abordagem do FCA foram desenvolvidos para avaliar os impactos da sustentabilidade, seja em projetos de empresas petrolíferas, seja para avaliação da sustentabilidade urbana (FRAME e CAVANAGH, 2009; XING *et al*, 2009). Dentre esses modelos se destaca o *Sustainability Assessement Model* (SAM) desenvolvido inicialmente na indústria petrolífera, devido à necessidade de informações sobre o processo de produção de óleo podendo permitir o desenvolvimento das atividades operacionais de forma mais sustentável, o que influencia diretamente o processo de tomada de decisões.

Muito utilizado em projetos no Reino Unido e na Nova Zelândia, a metodologia do SAM acompanha os impactos do DS de um projeto durante todo seu ciclo de duração, desde o planejamento até a conclusão, além de identificar e monetizar os impactos do projeto, incluindo as externalidades, por meio do diálogo com as partes interessadas (FRAME e CAVANAGH, 2009; XING *et al*, 2009; BAXTER, BEBBINGTON e CUTTERIDGE, 2004).

O SAM utiliza diversos indicadores de desempenho os quais são classificados em: econômicos, ambientais, sociais e consumo de recursos naturais. Diferente de outros modelos,

o SAM quantifica monetariamente todos os indicadores de desempenho, o que permite comparações, sendo possível refletir a contribuição geral para o DS de um projeto (BAXTER, BEBBINGTON e CUTTERIDGE, 2004). Assim, depois de estabelecidos os indicadores a serem utilizados, os dados podem ser combinados entre si dando origem a um padrão denominado SAM 'assinatura', divididos em social, ambiental, recursos e econômicos, como demonstrado no gráfico 1.

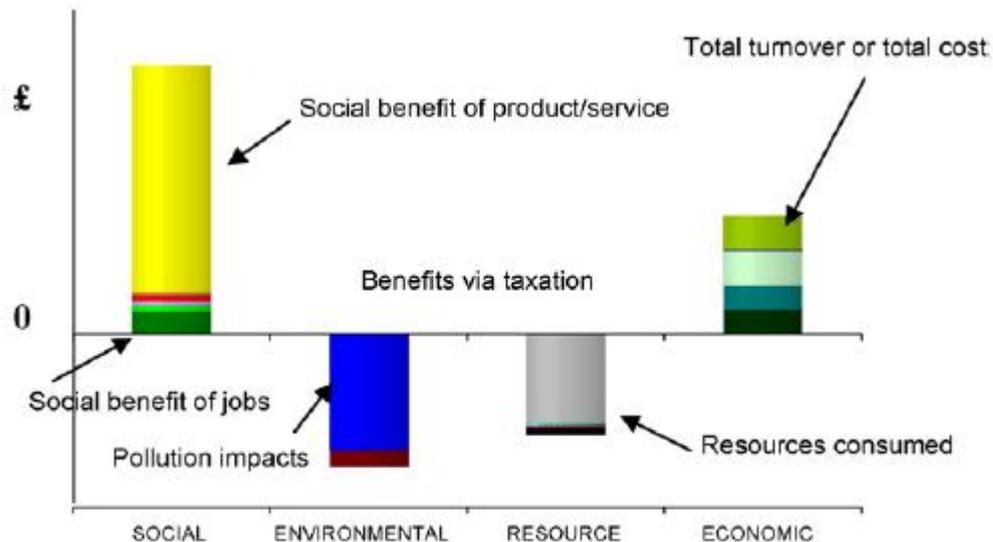


Fig. 2. Assinatura do desempenho de sustentabilidade do desenvolvimento de um campo de petróleo
Fonte: Baxter, Bebbington e Cutteridge (2004) adaptado por Xing *et al* (2006)

Assim, o gráfico 1 demonstra os impactos positivos e negativos do projeto em suas principais categorias de impactos identificados, sendo que como demonstrado no gráfico as assinaturas ambiental (impactos da poluição) e recursos (recursos consumidos) possuem impactos apenas negativos.

2.2.1 Turismo Sustentável

Dentro do escopo do Desenvolvimento Sustentável, têm-se outros itens que incorporam suas ideias como, por exemplo, o Turismo Sustentável. O turismo nas últimas décadas, segundo a Organização Mundial do Turismo (*World Tourism Organization - UNWTO*), vem apresentando um crescimento notável e contínuo, com grandes chances de se tornar um dos setores econômicos com maior crescimento no mundo.

Considerado como uma das principais "mercadorias" no comércio internacional, de acordo com a UNWTO, o turismo apresenta grande importância, sendo também uma das principais fontes de renda para muitos países em desenvolvimento, os quais se beneficiam com o turismo sustentável, propiciando também benefícios econômicos e empregos em setores relacionados. Porém, o turismo em massa e as expansões estruturais sem planejamento podem propiciar o surgimento de muitos aspectos negativos como danos a natureza, a sociedade e a cultura, sendo incompatível com o conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, as abordagens preventivas incorporadas às políticas e estratégias de turismo atual podem contribuir para que as comunidades locais progridam rumo à sustentabilidade. (BUDEANU, 2005).

Dessa forma, considerando a interação entre o turismo e a natureza, uma vez que o turismo depende diretamente da "qualidade do seu produto", materializado como natureza e as culturas humanas, faz-se necessário que a indústria do turismo preserve o meio ambiente local, como forma de assegurar a perpetuidade de seus negócios (BUDEANU, 2005, p.3).

Tendo em vista a reação das diversas falhas e prejuízos causados pelo turismo em massa, foi introduzido o conceito de Turismo Sustentável (TS), que surgiu como uma abordagem para o desenvolvimento do turismo, focando na singularidade dos destinos (McGEHEE *et al*, 2013), diferenciando assim do modelo fordista de desenvolvimento do turismo em massa aplicado na década de 1990 (PEREZ e SAMPOL, 2000).

O turismo é considerado como um sistema complexo, tendo em vista os interesses conflitantes em que opera e as questões econômicas sociais e políticas que influenciam diretamente a gestão. Para tanto, é importante que o planejamento para o desenvolvimento do turismo de forma a contornar os inúmeros problemas que surgem a fim de tornar o turismo sustentável (KERNEL, 2005; SELIN e CHAVEZ, 1995).

O Turismo Sustentável (TS), firmado no Acordo de Mohonk em 2000, é definido como "aquele que busca minimizar os impactos ambientais e socioculturais, ao mesmo tempo em que promove benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos (regiões e países)".

Pela definição do DS e do TS é possível visualizar o quão interdisciplinar são esses campos de pesquisa, pois incorporam ideias e conhecimentos de uma infinidade de disciplinas, incluindo as ciências naturais, engenharia e ciências sociais (GASPARATOS, EL-HARAM e HORNER, 2009). Inclui, também, a contabilidade como ferramenta

fundamental para tomada de decisões, tendo em vista a importância da análise econômica como ferramenta de planejamento para os governos locais face aos impactos gerados pelo desenvolvimento do turismo (McGEHEE *et al*, 2013).

Há algumas ferramentas, que abordam questões específicas do turismo sustentável e que são utilizados por diferentes *stakeholders* como: o Sistema de Gestão Ambiental (Environmental Management Systems - EMS), Rótulos Ecológicos, Agenda 21, e Produção Limpa (Cleaner Production - CP), sendo necessária a integração destas ferramentas de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável (LEE, 2001).

Nesse sentido, para a implantação e desenvolvimento do TS é necessário desenvolver abordagens inovadoras, como a abordagem colaborativa, que exige uma interação entre os interesses comuns e a participação das comunidades, governantes, autoridades, ONGS e empresas de turismo, considerando os níveis nacional, regional e municipal (KERNEL, 2005; SHAALAN, 2005). Nessa fase podem ser introduzidas as ferramentas tratadas na Fig. 3, como a EMS que pode ser utilizada como uma ferramenta para o gerenciamento das atividades propostas de forma sistemática, visando alcançar as metas e objetivos estabelecidos na Agenda 21 local, tendo como instrumento de apoio o CP como uma abordagem para a execução de determinadas atividades na localidade, em que se faz necessário o uso de tecnologias capazes de aumentar a eficiência no uso dos recursos naturais e a minimização dos desperdícios e redução no excesso de consumo (GOODALL, 1995; LEE, 2001).

Assim, a interdependência desses *stakeholders* é o ponto crucial para garantir que estes encontrem soluções mutuamente benéficas, por meio do uso de ferramentas específicas, focando os benefícios comuns que podem ser visualizados como entrada de recursos financeiros na localidade, imagem "verde" da região e influencia no desenvolvimento (SELIN e CHAVEZ, 1995; FADEEVA, 2004; KERNEL, 2005).

Na Dinamarca, por exemplo, em um estudo feito por Kernel (2005), sobre a implantação do TS, foi percebido que diferentes iniciativas demonstraram interesse no desenvolvimento do turismo sustentável. Porém a prioridade política e a pressão governamental e financeiras que apoiam o desenvolvimento do TS não eram expressivas, o que tornou difícil sua implantação, embora empresas de turismo, ONGs e comunidade mantivessem seus esforços.

Sobre a inserção do governo em assuntos ligados ao meio ambiente, Ramm (2000, p.30) cita que a indústria do turismo é considerada como "livre de regulamentação" quando comparada com outras indústrias. Esses itens foram verificados também por Shaalan (2005), onde a reduzida quantidade de normas ambientais juntamente com a fraca aplicação das novas leis a temática, propicia o aumento da exploração dos recursos naturais de forma não sustentável.

2.2.2 Destinos Turísticos Sustentáveis

Atualmente há vários exemplos de locais, no Brasil e no mundo que buscam atingir o DS por meio do TS, mais especificamente com a prática do Ecoturismo.

O Ecoturismo, segundo o Acordo de Monrohk, é caracterizado como o "Turismo Sustentável em áreas naturais, beneficia o meio ambiente e as comunidades visitadas, promove o aprendizado, respeito e consciência sobre aspectos ambientais e culturais". Além disso, ele contribui diretamente para o desenvolvimento regional e é definido, segundo Camargo *et al* (2011), como:

mecanismo de auxílio na aplicação das políticas públicas, que visa combater as diferenças entre as regiões, aproveitando seus recursos e potencialidades de modo sustentável, promovendo desse modo o território e inserindo participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais.

(CAMARGO *et al*, 2011, p. 66-67)

Considerado o país na vanguarda da preservação dos recursos ambientais, juntamente com a promoção do desenvolvimento sustentável, a Costa Rica é um dos principais destinos do ecoturismo mundial, embora na década de 1980 o país tenha passado por sérios problemas ligados ao desmatamento das florestas. Porém na década seguinte, em decorrência da interação entre agentes locais como o setor privado, academia, ONGs e o governo, juntamente com a criação de dispositivos legais como a Certificação para o Turismo Sustentável (CST), foi possível promover o desenvolvimento do turismo como forma de estratégia para o desenvolvimento local (BECKER, 1998; TEPELUS e CÓRDOBA, 2005).

Já no Caribe, outras práticas também são utilizadas e necessárias para alcançar o DS, a exemplo das tecnologias mais limpas. Essas tecnologias impactam positivamente na manutenção da indústria do TS, por meio de técnicas que permitem a produção de produtos

e prestação de serviços, com a geração mínima possível de resíduo por meio da reciclagem dos subprodutos gerados, conservando assim os recursos naturais. Entretanto, embora as empresas hoteleiras se esforcem para fazer uso dessas tecnologias, ainda não é expressiva a participação governamental em políticas públicas capazes de incentivar e subsidiar a sua aquisição (F.YAW, 2005).

No Brasil também há vários locais que usam o ecoturismo para o desenvolvimento local, como Bonito-MS, Caraiva-BA, Jericoacoara-CE, Tibagi-PR, Lençóis Maranhenses-MA, Jalapão-TO, Fernando de Noronha-PE e Península de Maraú-BA (GLOBO ECOLOGIA 2, 2013).

Dentre essas localidades, Bonito se destaca como um dos principais polos do ecoturismo brasileiro, sendo este praticado como "instrumento na proteção ambiental, promovendo a sustentabilidade, evitando assim prejuízos ao ambiente e a sociedade" (CAMARGO *et al*, 2011, p.66).

A interação entre o Poder Público, a Comunidade Local e os Proprietários dos bens turísticos no município de Bonito é um dos principais itens responsáveis pela implementação do turismo ecológico na região, pois o sustento do turismo "depende diretamente da manutenção daquele ecossistema equilibrado" (CAMARGO *et al*, 2011, p.67).

Sendo assim, é possível visualizar o papel de cada ente frente ao desenvolvimento do TS, em que a comunidade local passa a ser "a maior defensora" do patrimônio ecológico, uma vez que este é responsável pelo sustento das famílias locais. De acordo com a secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do município, quase 50% da mão de obra local é absorvida pelo turismo (GLOBO ECOLOGIA 1, 2013).

O Poder Público, por sua vez, é responsável pela fiscalização ambiental rigorosa e pelo controle do fluxo de visitantes nos atrativos do município, sendo que ambas as atividades são realizadas respectivamente pela Secretaria do Meio Ambiente e pela prefeitura.

Já os proprietários particulares dos bens turísticos visitados e os empresários são responsáveis pelos investimentos em infraestrutura necessários para acolher os turistas. Já as agências de turismo locais são os meios pelos quais os turistas podem comercializar os atrativos do município (CAMARGO *et al*, 2011).

2.3 Município de Cavalcante - GO

As Unidades de Conservação (UC), conforme a Lei 9.985/2000, que institui e regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), são definidas como: "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção". Essas unidades são instrumentos de política ambiental e também são essenciais à conservação de espécies, populações e ecossistemas (MEDEIROS *et al*, 2011).

No Brasil, as unidades de conservação são divididas em duas categorias: Unidades de Proteção Integral, composta por Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre; e unidades de uso sustentável, nas quais são incluídas as Áreas de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (Medeiros *et al*, 2011) .

Dentre as áreas de conservação existentes no Estado de Goiás, há três parques nacionais, nove parques estaduais, doze Áreas de Proteção Ambiental, uma área de relevante interesse ecológico, quatro florestas, duas Reservas Extrativistas, além de quarenta e oito reservas particulares do patrimônio natural (MMA, 2013).

Os dois parques mais importantes no estado são federais: Parque Nacional das Emas e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PÁDUA, 2013).

Criado pelo Decreto Federal 48.875 de 11/11/1961, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), reconhecido pela UNESCO em 2001 como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade, está localizado no noroeste do estado de Goiás, entre os municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante. Originalmente, possuía cerca de 625 mil hectares, mas devido as reduções em decorrência da criação do parque sem a devida aquisição de terras, e do projeto Agropecuários Alto Paraíso, apresentado pelo Governo de Goiás, hoje a região possui 65 mil hectares, redução de aproximadamente 89,6% da área (ICMBIO, 2013). Além da conservação, motivo principal para sua criação, o Parque também apresenta outros objetivos como: a pesquisa científica, educação ambiental e a visitação pública, onde no ano de 2012 recebeu 21.259 visitantes e até julho deste ano 17.044 (ICMBIO, 2013).

Objeto do presente trabalho, o município de Cavalcante, com 6.953,666 Km² de extensão e uma população de 9.429 habitantes em 2012, (IBGE, 2012), possui cerca de 70% da área do Parque Nacional dentro de seu território, sendo tombada pela UNESCO também em 2001, como Patrimônio Histórico da Humanidade e recebeu o título de Reserva da Biosfera do Cerrado Goyaz (OBSERVATÓRIO PARA O TURISMO - CAVALCANTE, 2012).

Com clima tropical de altitude e predominância do bioma cerrado, o município faz limite ao Norte com o Estado do Tocantins e o município de Monte Alegre; ao Sul, com o município de Alto Paraíso; ao Leste, com Teresina de Goiás e ao Oeste com Colinas do Sul e Minaçu. Seus principais rios são: Rio Paranã, Rio Preto, Rio Tocantins, Rio de Pedras, Rio das Almas, Rio Claro, Córrego Ave Maria, Córrego Escorregador, Córrego Lava Pés, Córrego Palmeira, além de inúmeros regatos e nascentes de águas cristalinas (DAMANDO, 2003).

A produção agrícola se concentra principalmente em lavouras de subsistência, tendo como principais culturas o arroz, feijão, mandioca, milho e a cana-de-açúcar. A falta de tecnologia utilizada no campo também é perceptível nas indústrias do município, onde a maioria delas se caracteriza como indústrias familiares, vinculados principalmente a produtos alimentícios como farinha, aguardente e rapadura (DAMANDO, 2003).

Historicamente, Cavalcante foi fundada no século XVII quando da descoberta de ouro na região. A mineração propiciou um crescimento rápido da população desta localidade. Porém, o município só se tornou distrito após 1831.

O município faz parte do rol de cidades históricas do estado de Goiás. Suas terras possuem grande acervo cultural do período colonial, como a arte e arquitetura. Possui ainda a cultura das comunidades Kalungas¹, as quais são peças fundamentais para a preservação da história e do meio ambiente em que vivem. Cavalcante é dotada também de recursos naturais abundantes, como por exemplo, rios, cachoeiras, flora nativa com características do cerrado e os minérios que existem têm capacidade para exploração (DAMANDO, 2003).

Os recursos hídricos e a vegetação que ainda encontram-se preservados fazem com que o município possua um grande potencial turístico com vasta variedade de atrativos naturais existentes, tais como os cânions, formados pela chapada, e as mais de 150 cachoeiras catalogadas, como por exemplo, a Cachoeira Ave Maria, a Cachoeira Capivara, a Cachoeira Veredas, Cachoeiras do Rio Prata, além da Ponte de Pedra na Divisa da Fazenda Renascer

¹ Índios e negros escravizados que fugiram das minas e formaram comunidades Quilombolas (OBSERVATÓRIO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL, 2008).

com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Esses atrativos levam muitos turistas a visitar o local em busca da contemplação das belezas naturais e da prática de esportes radicais. Outro tipo de turismo que se destaca é o religioso, onde as comunidades quilombolas homenageiam Nossa Senhora da Abadia, atraindo muito turistas devotos e fiéis católicos de várias cidades próximas (OBSERVATORIO DO TURISMO - CAVALCANTE, 2008).

Devido à falta de preparação técnica dos entes ligados ao turismo, o que interfere no desenvolvimento do setor de forma crescente e duradoura, foi desenvolvido um projeto para implantação do Observatório para o Turismo Sustentável nos municípios de Cavalcante-GO e Cristalina- GO. Ele foi executado pelo Centro de Excelência ao Turismo da Universidade de Brasília (CET-UnB) em parceria com a Fundação Banco do Brasil. Seu objetivo era incentivar a criação de um modelo de gestão participativa, capaz de organizar o planejamento, monitoramento e a gestão compartilhada do desenvolvimento turístico, buscando a eficiência e sustentabilidade social, econômica e ambiental (SOUZA *et al*, 2010). Como resultado desse projeto, comparando os dois municípios em questão, embora tenha sido utilizada a mesma metodologia, em Cristalina não foi observado um maior envolvimento da comunidade, sendo dificultada a convergência de objetivos a serem definidos. Já em Cavalcante, foi identificada a falta de convergência entre os níveis de governança, além de alguns problemas referentes a iniciativas da coordenação em relação a algumas atividades (SOUZA *et al*, 2010). Resultados semelhantes foram observados por Kernel (2005) nas cidades de *Mid* e *Jutlândia* do Norte na Dinamarca, onde várias iniciativas para o TS não obtiveram sucesso na região devido à falta de coordenação e colaboração entre seus diferentes *stakeholders*.

Outro projeto esta sendo desenvolvido no município de Cavalcante em parceria com o Sebrae, intitulado de Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Cavalcante - 2011/2014. Ele busca definir estratégias visando alcançar a profissionalização do segmento com foco na sustentabilidade. Dentro do plano estratégico foram estabelecidos o Segmento Prioritário, a Missão, os Valores, a Visão e o Público Prioritário, o que permitiu traçar um mapa estratégico, auxiliando estruturar os programas, projetos e iniciativas necessários para alcançar a Missão e a Visão do projeto, sendo estes coordenados pela Secretaria Municipal do Turismo, Secretaria Municipal de Cultura, Sebrae-GO e COMTUR.

Objeto de muito esforço, o plano para o Desenvolvimento do Turismo em Cavalcante só obterá sucesso e alcançará os objetivos traçados se houver envolvimento contínuo dos poderes públicos (executivo e legislativo), instituições de apoio ao turismo na cidade, como o

Observatório do Turismo Sustentável, e a comunidade. Dessa forma, os projetos e iniciativas devem ser direcionados as atividades turísticas, de modo a atrair mais visitantes para o local, gerando renda e valorização da cultura e da natureza por meio da preservação.

2.4 Bens Ambientais e a Valoração Ambiental

2.4.1 Bens e Serviços Ambientais

Os bens e serviços oriundos do meio ambiente que compõem o patrimônio cultural, embora sejam considerados públicos, não devem ser confundidos em termos de definição.

Os bens ambientais, tais como reservas naturais, áreas de conservação e sítios arqueológicos, são definidos constitucionalmente como sendo bem de uso comum do povo e essencial à boa qualidade de vida das presentes e futuras gerações, podendo ser desfrutado por qualquer cidadão (Art.225, caput, CF/88). Quanto à propriedade, esses bens apresentam natureza difusa, transcendendo à natureza de particular e também à de Estado, sendo sua titularidade repousada no próprio povo (FIORILLO, 2005).

Economicamente, em relação às características, é intrínseca a presença da não rivalidade, uma vez que a produção de um bem gera custo marginal igual à zero para qualquer consumidor adicional; e a não exclusividade, pois não há como o bem público ser ofertado de forma a excluir o uso por alguns indivíduos.

Já os serviços ambientais ou ecossistêmicos são caracterizados como itens componentes da natureza que são apreciados, consumidos ou utilizados para geração de bem-estar humano (TURNER, JONES e FISHER, 2010; BOYD e BANZAHAF, 2007), podendo ser divididos em quatro categorias (TEEB, 2011), conforme descrito e exemplificado no quadro 1.

Quadro 1 - Categorias dos serviços ecossistêmicos

Categoria	Descrição	Exemplos
Serviços de Abastecimento	Descrevem as saídas de energia ou material dos ecossistemas.	- comida - matérias-primas - água potável - recursos medicinais
Serviços de Regulação	Os serviços que os ecossistemas prestam, regulamentando a qualidade do ar e do solo ou o provimento de cheias e controle de doenças, etc	- Regulação do clima local e da qualidade do ar; - Sequestro e armazenamento de carbono; - Moderação de eventos extremos; - Tratamento de águas; - Prevenção da erosão e manutenção da fertilidade do solo; - Polinização; - Controle biológico.
Habitat ou serviços de apoio	Sustentam quase todos os outros serviços. Os ecossistemas proporcionam espaços de vida para as plantas ou animais: mantém uma diversidade de plantas e animais	- Habitats para espécies; - Manutenção da diversidade genética.
Serviços culturais	Estas incluem os benefícios não materiais que as pessoas obtêm a partir de contato com os ecossistemas. Incluem benefícios estéticos, espirituais e psicológicos.	- Recreação e saúde física e mental; - Turismo; - Apreciação estética e inspiração para a cultura, arte e design; - Experiência espiritual e percepção de espaço.

Fonte: Adaptado de TEEB (2011, p. 3-4)

Dentre os serviços expostos acima, o Código Florestal brasileiro também exemplifica os serviços culturais como "benefícios recreativos, educacionais, estéticos e espirituais que os ecossistemas propiciam aos seres humanos". Sendo assim, quando qualquer cidadão busca descanso e lazer em praias, campo e em demais paisagens naturais, por exemplo, ele está obtendo um serviço ambiental cultural da natureza (Código Florestal, 2013). Outro exemplo seria quando uma pessoa que deseja pescar vai a um rio, a recreação é um benefício para o pescador, mas o serviço ambiental é à disposição dos peixes (TURNER, JONES e FISHER, 2010).

Considerando as definições e diferenciações entre serviços e bens ambientais, bem como a norma internacional de contabilidade aplicada ao setor público (IPSA 17), tratadas também no tópico 2.1, nota-se que esses bens se encaixam na definição de ativos, tornando-se possível o seu reconhecimento pelos órgãos responsáveis. Para exemplificar essa possibilidade, pode-se citar o trabalho de Dubeux (1998) sobre a Baía de Guanabara, em que o Governo do Estado do Rio de Janeiro não registra em seu Patrimônio um bem que é por ele controlado, resultado de eventos passados e que tem grande potencial para gerar benefícios

futuros. Caso fosse explorada economicamente, após prévia despoluição como previa o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, esta poderia gerar recursos significativos para o estado como resultado de serviços ambientais que o bem ambiental proporcionaria (DUBEUX, 1998).

2.4.2 Valoração Ambiental

A importância dos bens e serviços ambientais para o bem estar do homem e equilíbrio dos ecossistemas, em nível global, é inquestionável. Considerando o pressuposto da sustentabilidade e da gestão responsável dos recursos escassos, Cruz, Marques e Ferreira (2009) questionam as razões pelas quais os bens ambientais não são reconhecidos e evidenciados no patrimônio público dos Estados e Municípios, sendo que esses se encaixam tanto na definição de patrimônio público, quanto na definição de ativo.

Assim, considerando a “falta” de valor quantificado em termos monetários dos bens e serviços ambientais, tornou-se necessário buscar meios de chamar atenção da sociedade para esse assunto. A precificação do meio ambiente, por meio de técnicas de valoração, um mecanismo que consegue atingir este objetivo. Neste sentido, embora existam dificuldades associadas aos procedimentos de avaliação ambiental, o uso de técnicas de avaliação monetária na avaliação de projetos tem aumentado no cenário internacional, pois oferecem vantagens e facilitam a melhor tomada de decisão dos gestores (DAMIGOS, 2006).

A valoração ambiental não é um assunto tratado e desenvolvido recentemente. Nos Estados Unidos da América (EUA), essas técnicas são utilizadas desde a década de 60 e na Europa foi estabelecida a prática durante a década de 80 e 90 (NAVRUD e PRUCKNER, 1997). Nos países em desenvolvimento, como observado por Pearce *et al* (1994 apud Navrud e Pruckner, 1997), a valoração econômica é extremamente útil para levantar o perfil dos aspectos ambientais dos projetos e das políticas ambientais e há sucesso em sua aplicação .

Além de quantificar em termos monetários os impactos e a degradação ambiental, as técnicas de valoração são de interesse para organismos internacionais como o TEEB, que buscam atribuir valores aos bens públicos naturais de forma que sejam assegurados que os governos, políticos e administradores reconheçam estes valores. Assim, cabe ressaltar que a atribuição de valor não diz respeito a transformar a natureza em economia de mercado, mas sim uma forma de calcular o bem estar das pessoas (SEM FRONTEIRAS, 2012).

Os estudos de valoração ambiental buscam "traduzir, em termos econômicos, os valores associados à sustentação da vida, dos bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas naturais", refletindo assim a "importância relativa que os seres humanos atribuem aos componentes do meio ambiente, e não aos valores intrínsecos da natureza" (CAMPHORA e MAY, 2006, p. 4).

Sua importância se dá devido a essa ferramenta atuar como um instrumento de apoio na definição de prioridades no âmbito das decisões políticas, podendo ser utilizada como uma metodologia complementar, possibilitando estimativas de custos e benefícios sociais gerados por políticas, programas e projetos, servindo de instrumento no auxílio ao processo de avaliação do desenvolvimento sustentável (PEARCE, 1992).

Dessa maneira, a contabilidade ambiental quando se propõe a estimar valores monetários aos bens e serviços ambientais, seu intuito não é valorar todo o ambiente, mas sim avaliar os benefícios e custos associados às modificações oriundas das atividades humanas ao meio ambiente, sendo que o valor quer real ou contábil, só terá significado quando houver trocas potenciais, a partir do qual escolhas poderão ser feitas entre investimento em projetos alternativos (DASGUPTA, 2000). Para ilustrar essa ideia, Dasgupta (2000) exemplifica citando que investimentos de, por exemplo, 1 milhão de dólares por ano em atividades que degradam o meio ambiente é significativo, pois caso o investimento não seja realizado, a humanidade poderia desfrutar de um adicional de 1 milhão de dólares em benefícios anuais na forma de serviços ambientais.

A análise do custo-benefício é de suma importância em situações que se deve escolher entre investir em atividades que degradam o meio ambiente ou em atividades que o preservem. Na Ásia, por exemplo, o governo das Maldivas calculou o custo-benefício da prática de pesca dos tubarões e da preservação da espécie buscando desenvolver o turismo. Em termos monetários, a preservação da espécie e o turismo, obtiveram um valor muito superior ao valor da pesca. Baseado nesses resultados, e considerando o custo-benefício anual que essas atividades representam para a região, o governo optou por proteger os tubarões, pois não só é importante do ponto de vista econômico, mas também para a sustentabilidade local (SEM FRONTEIRAS, 2012). Contudo, Motta (1997, p.14) alerta para o cuidado que se deve ter com o uso generalizado deste tipo de análise, pois ele é considerado "apenas um indicador adicional para a tomada de decisão".

2.4.2.1 Método dos Custos de Viagem

Toda a discussão sobre valoração ambiental é embasada nos princípios básicos da teoria microeconômica, os quais são as bases que fundamentam os diferentes métodos de valoração ambiental (MOTTA, 1997). De acordo com Maia (2002), há vários métodos sugeridos pela literatura capazes de estabelecer uma ligação entre o uso e a provisão dos recursos naturais, estimando seus benefícios econômicos. Alguns dos métodos, segundo o mesmo autor, estimam o preço do recurso natural utilizando uma função de produção. Outros métodos criam um mercado hipotético para captar a disposição a pagar da população por esses bens e serviços ambientais, considerando três componentes básicos deste valor: valor de uso, valor de opção e valor intrínseco (MAIA, 2002; COFFMAN e BURNETT, 2009). Porém, a "adoção de cada método dependerá do objetivo da valoração, das hipóteses assumidas, da disponibilidade de dados e conhecimento da dinâmica ecológica do objeto que está sendo valorado" (MOTTA, 1997, p.25).

Em se tratando da transformação física dos dados ambientais em unidades monetárias, o Manual *Integrated Environmental and Economic Accounts* desenvolvido pela UNSTAT (*Directory of International Statistics*) da divisão das Nações Unidas, trata diferentes abordagens econômicas: (I) métodos diretos; (II) métodos indiretos; (III) métodos de custo de evasão e restauração (NAVRUD e PRUCKNER, 1997).

Os métodos diretos são baseados no valor de mercado do bem, utilizando, por exemplo, técnicas como a comparação direta do mercado, de custos ou de capitalização de renda (STEIGLEDER, 2010). Já os métodos indiretos, são caracterizados como alternativas aos métodos diretos, devido à inexistência de um valor de mercado para os bens ambientais (PORTER, 2004), em que as estimativas representam apenas uma fração do valor total do bem (FLEMING e COOK, 2008). Embora haja outros métodos indiretos de avaliação, como técnicas dos preços hedônicos, função de utilidade e equação de procura, o método de valoração contingente e o método de custos de viagem são os mais utilizados e discutidos nas pesquisas (HAKIN, SUBANTI e TAMBUNAN, 2011; COFFMAN e BURNETT, 2009; BLAKEMORE, WILLIAMS, 2008; ENGLIN, CAMERON, 1996; CLOUGH e MEISTER, 1991; WALSH *et al*, 1990).

O método dos Custos de Viagem (MCV), proposto inicialmente por Harold Hotelling em 1947, é um dos mais antigos métodos de valoração econômica, sendo suas primeiras

publicações datadas nos anos 1958 e 1966 (HANLEY e SPASH, 1993; MAIA e ROMEIRO, 2008; SMITH, 1993). Considerado como uma "história de sucesso" na valoração não mercantil (SMITH, 1993), o MCV serve para valorar sítios naturais de visitação pública (MAIA, 2002), sendo usado essencialmente para determinar a procura recreativa/lazer de um determinado local (GUIA, 2008; FLEMING e COOK, 2008). Assim, o valor monetário é expresso pela disposição do consumidor em pagar pela consumação desse bem, o qual lhe proporcionará bem-estar (PORTER, 2004).

Há dois tipos de modelos de custos de viagem citados na literatura: o individual e o zonal. O primeiro, mais apropriado para locais frequentemente visitados, e o outro, para locais com menor frequência de visitantes de outras localidades (FLEMING e COOK, 2008; LOOMIS *et al.*, 2009). Porém, ambos os modelos fazem uso da derivação dos benefícios econômicos que são atribuídos a um patrimônio natural, considerando os gastos realizados por turistas/visitantes para se locomoverem até o local do destino. Assim, são levados em conta todos os gastos de uma forma global, como passagens aéreas ou terrestres, hospedagem e refeições (MAIA, 2002; BLAKEMORE e WILLIAMS, 2008).

Embora haja essas variações, individual ou zonal, o método estabelece de forma geral uma função relacionando a taxa de visitação (V) às variáveis dos custos de viagem (CV), às características socioeconômicas do visitante (SE) e à existência de bens substitutos (SB) ao patrimônio natural visitado (MAIA, 2002; MAIA e ROMEIRO, 2008), representado pela equação 1.

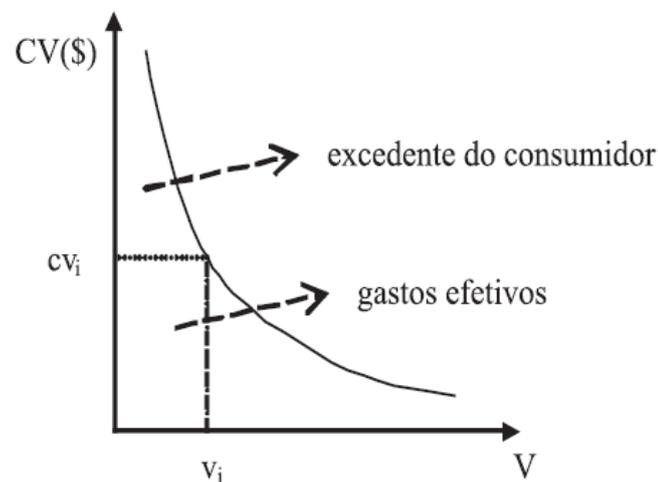
$$V = f(CV, SE, SB) \quad (1)$$

Por meio da equação 1, afere-se o impacto do aumento nos custos de viagem sobre a taxa de visitação do patrimônio natural, sendo possível simular quais possíveis efeitos podem existir em relação à taxa de visitação e à demanda esperada. Considerando os outros fatores constantes, como as variáveis socioeconômicas e o custo de bens substitutos naturais, pode-se estabelecer a relação inversa entre a taxa de visitação (V) e os custos de viagem (CV). Estima-se assim uma função demanda (MAIA e ROMEIRO, 2008), sendo essa representada pela equação 2.

$$V = f(CV) \quad (2)$$

A partir da função demanda, estimada de acordo com a equação 2, é possível construir uma função utilidade, que permite calcular o excedente do consumidor (*EC*). O excedente do consumidor é representado, de acordo com a teoria econômica, pela área abaixo da função *CV* e acima dos gastos de viagem efetivamente praticados (Cv_i), verificado no gráfico a seguir (Figura 3). Em outras palavras, o *EC* representa o quanto a mais do que é realmente gasto, cada visitante estaria disposto a pagar para visitar o bem ambiental (MAIA e ROMEIRO, 2008).

Figura 3: Excedente do Consumidor



Fonte: Maia e Romeiro (2008, p.108).

Motta (1997) e Maia (2002) citam que quanto mais longe da área natural os visitantes residem, menor será o número de visitas ao local, pois há um aumento nos custos de viagem para o deslocamento. Além dos próprios custos de viagem, Maia e Romeiro (2008) mencionam que outras variáveis como as características socioeconômicas dos visitantes e a proximidade de bens substitutos naturais podem também influenciar a demanda por visitação, devendo ser considerados como fatores de controle na função de demanda pelo patrimônio natural (MAIA e ROMEIRO, 2008).

As informações necessárias para aplicação do MCV são obtidas por meio de questionários aplicados no próprio local de visitação ou em pontos estratégicos, de forma a conhecer o perfil das pessoas que frequentam o local, possibilitando identificar algumas variáveis como renda, idade, escolaridade, gastos com visita ao bem ambiental, entre outros (ORTIZ, MOTTA e FERRAZ, 2001).

Embora o método dos custos de viagem seja considerado um método válido para valoração de bens ambientais, ele apresenta uma série de limitações. Uma das limitações é que o método não consegue captar os valores de não uso, como valores de preservação ou de opção. Assim, é possível medir apenas os benefícios do uso dos bens, uma vez que somente os indivíduos que visitam o sítio fazem parte do universo amostral (MAIA, 2002; PORTER, 2004).

Outros fatores limitantes na aplicação do método, além das respostas obtidas pelos questionários, são o viés oriundo da omissão de variáveis nas estimativas dos custos de viagem e os destinos múltiplos onde o visitante, em uma mesma viagem, visita mais de um local ou tem outros objetivos para aquela viagem, como por exemplo, viagens a trabalho (ENGLIN e CAMERON, 1996; MAIA, 2002; ABREU, SILVA e JÚNIOR, 2008; ORTIZ, MOTTA e FERRAZ, 2001; FLEMING e COOK, 2008).

Viagens com múltiplos destinos podem interferir na especificação do modelo dos custos de viagem, pois um dos pressupostos dessa metodologia é que apenas um local seja visitado por viagem (FLEMING e COOK, 2008). Em situações dessa natureza, o uso do modelo básico pode superestimar o valor do lugar avaliado, sendo necessária atenção na aplicação do método (ORTIZ, MOTTA e FERRAZ, 2001).

Clough e Meister (1991) e Fleming e Cook (2008) sugerem algumas soluções para situações em que haja múltiplos destinos. A primeira alternativa seria considerar apenas uma parte dos custos totais de viagem para o local em questão; contudo, esse tipo de procedimento interfere na validade do método. Outra alternativa seria excluir os visitantes que declararam visitar mais de um destino ou tenha outros objetivos na viagem da amostra; porém essa alternativa pode subestimar os benefícios. Outra forma seria utilização do modelo de destinos múltiplos, utilizados por Ortiz, Motta e Ferraz (2001). Para esse modelo alternativo, os autores criaram um sistema de equações inversas de demanda, onde cada equação representa a combinação de lugares que geram os destinos múltiplos, sendo esses considerados como complementares. Dessa forma, é possível capturar a substituição que os visitantes estão dispostos a fazer entre visitas a um grupo de locais de recreação ou visita a apenas um lugar de recreação.

Há vários trabalhos publicados que aplicam o MCV, individual ou zonal, em diferentes situações (ENGLIN e CAMERON, 1996; CLOUGH e MEISTER, 1991; FLEMING e COOK, 2008; LOOMIS *et al.*, 2009; COFFMAN e BURNETT, 2009). Blakemore e Williams (2008), por exemplo, avaliaram o valor econômico das praias na

Turquia, por meio dos métodos da valoração contingente e do método dos custos de viagem zonal, utilizando apenas a percepção dos turistas britânicos que frequentam a região. Foram aplicados 246 questionários com formato aberto. A disposição a pagar (DAP) foi positiva para 87% dos entrevistados britânicos, sendo que esses estavam dispostos a pagar a mais € 0,13 por visita, em comparação com a amostra total. A imposição de uma ecotaxa turísticas em uma das praias causou redução de 10% no número de visitantes. Sendo assim para a implementação e sucesso da aplicação de ecotaxas turísticas é fundamental entender os valores turísticos e o perfil dos turistas.

De forma semelhante, Hakin, Subanti e Tambunan (2011) mediram o valor econômico de *Rawapening*, destino turístico situado na Indonésia. Utilizando os métodos MCV e MVC, o trabalho objetivou verificar até onde o papel do ecoturismo é visto como uma atração ambientalmente correta. O valor estimado do ecoturismo foi de 7,41 bilhões de Rúpias (moeda da Indonésia) para o excedente do consumidor e de 1,65 bilhões de Rúpias para o benefício total por ano. Isso indica que caso seja desenvolvido na localidade atividades em grande escala que degradem o meio ambiente, impactaria na perda dos benefícios oriundos do turismo para a localidade.

A diversidade da aplicação do método pode ser percebida no trabalho de Coffman e Burnett (2009), que determinaram o valor das ondas na região do Mavericks- Califórnia, por meio do MCV individual. Com uma amostra de 358 questionários, os autores encontraram um valor econômico médio por visitante de US\$ 56,7 no excedente do consumidor. Considerando a estimativa de 421.431 visitantes por ano que o local recebe, o valor econômico líquido anual total encontrado foi de US\$ 23.800. Os autores estimaram que os visitantes que praticam o surf visitem quase cinco vezes mais a área do que os visitantes que não surfam, acumulando assim um maior valor a área.

Todos os métodos de valoração apresentam limitações. Neste sentido, Maia e Romeiro (2008) buscaram analisar a validade e a confiabilidade da valoração econômica obtida pelo método dos custos de viagem ao Parque Nacional da Serra Geral por meio da simulação de possíveis variações da amostra em relação ao resultado final obtido. Para tanto, foi realizada uma revisão dos pressupostos aplicados à metodologia bem como as principais recomendações para este método, o que permitiu analisar a validade do conteúdo da estimativa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Abordagem Quantitativa

3.1.1 Plano Amostral e Instrumento de Coleta de Dados

No período de novembro de 2011 a fevereiro de 2012 foi realizada no município de Cavalcante, uma pesquisa sobre o Perfil e Satisfação do Turista organizada e executada pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET-UnB) em parceria com o Observatório para o Turismo Sustentável e Fundação Banco do Brasil. Esta pesquisa consistia na aplicação de um questionário (Anexo A) composto por cinco itens como o perfil do turista, hábitos do turista, gasto diário, impressões sobre o destino e os elementos que o turista acha importante quando viaja. Assim, para a elaboração do presente trabalho, as respostas dos questionários foram gentilmente cedidas pelo CET-UnB.

Para o cálculo do Método dos Custos de Viagem (MCV), a amostra inicialmente foi composta pelos questionários aplicados e validados pelo CET-UnB. De um total de 380 observações obtidas, foram validadas 374 devido à exclusão de questionários com respostas incompletas.

Como a pesquisa do CET-UnB não objetivava valorar os bens ambientais da localidade fez-se necessário ajustar os dados. Sendo assim, foram excluídos também os questionários cujos respondentes declararam ser estrangeiros e chegar à cidade por outros meios de transporte que não carro, ônibus e van. Essa exclusão é coerente com outros trabalhos como o de Fleming e Cook (2008), visto a impossibilidade de estimar o custo de deslocamento com outros meios de transporte e da estimação dos custos de viagem desses respondentes com o modelo de questionário utilizado.

Assim, após ajuste dos dados, chegou-se a amostra final composta por 354 observações. Cabe ressaltar que a quantidade de observações consideradas válidas para o desenvolvimento deste trabalho está de acordo com as pesquisas que também aplicaram o método dos custos de viagem (BLACKEMORE e WILLIAMS, 2008; COFFMAN e BURNETT, 2009; HAKIM *et al*, 2011; SANTOS, 2012; MAIA e ROMEIRO, 2008).

Para cálculo do deslocamento foram utilizadas informações de fontes oficiais do governo, como Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Como os dados utilizados para execução da parte quantitativa foram obtidos a partir do trabalho desenvolvido pelo CET-UnB, não foi necessário nenhum teste de validação.

3.1.2 Método dos Custos de Viagem

3.1.2.1 Modelo

O modelo básico dos custos de viagem utiliza da demanda de bens ou serviços ambientais baseado nas atividades recreacionais disponíveis no sítio natural e dos custos incorridos para ter acesso a tais atividades (ABREU, SILVA e JÚNIOR, 2008). Dessa forma o método busca relacionar uma taxa de visitação (V) como variável dependente, com os custos de viagem (CV) e variáveis socioeconômicas (SE) como variáveis explicativas que contribuem para explicar a demanda pelo bem ambiental, conforme ilustra a equação 3.

$$V_i = f(CV_i, SE_i) \quad (3)$$

Embora o método possa ser aplicado na abordagem individual ou por zonas residenciais, calculadas pela distância ao parque natural, nesta pesquisa será aplicado apenas o método com abordagem individual. Essa escolha foi devido ao fato de não ter sido encontrado, por meio de fonte confiável, uma média da quantidade de turistas que visitam Cavalcante-GO anualmente, impossibilitando a obtenção da representatividade da amostra ante a população. Assim, considerando a variável dependente (V), a demanda por visitas pode ser representada como a frequência individual de visitas anuais ao município, que foram estruturadas de maneira aberta nos questionários aplicados pelo CET- UnB.

A partir dos dados da pesquisa de campo foi possível estimar a curva de demanda pelas atividades recreacionais da cidade baseado na relação entre a taxa de visitação dos bens ambientais de Cavalcante – GO, os custos de viagem e outras variáveis com características

socioeconômicas. Assim, foram consideradas nesta pesquisa como variáveis socioeconômicas: gênero (*GEN*), faixa etária (*FET*), escolaridade (*ESC*) e renda (*REN*), as quais farão parte do modelo estimado representado na equação 4.

$$V_i = \beta_0 + \beta_1 CV_i + \beta_2 GEN_i + \beta_3 FET_i + \beta_4 ESC_i + \beta_5 REN_i + \varepsilon \quad (4)$$

A validade do modelo, sob ponto de vista do método dos Custos de Viagem, está condicionada à existência de uma relação negativa entre *CV* e *V*, onde a partir dessa relação é possível estimar uma curva de demanda. Assim, para o presente trabalho, não há expectativas para encontrar relação entre as demais variáveis, vez que estas foram extraídas dos questionários aplicados pelo CET-UnB.

A variável *V*, como uma variável de contagem, considerando que esta assumirá apenas números inteiros positivos, e por isso optou-se pela estimação do modelo econométrico baseado no modelo *Poisson*, que além de possuir uma estrutura simples, o que possibilita ser estimado facilmente, é considerado mais adequado nessas circunstâncias (ENGLIN e CAMERON, 1996; LOOMIS, YORIZANE e LARSON, 2000; WOOLDRIDGE, 2006). Assim, o modelo utilizará o método da máxima-verossimilhança para estimar os parâmetros para a equação (4), com intuito de maximizar a probabilidade da função (ENGLIN e CAMERON, 1996).

A variável *GEN* é uma variável binária, a qual representa o gênero dos respondentes, de modo que foi atribuído valor igual a zero para mulheres e 1 para homens. Os valores considerados para variável *ESC* variam de 0 para analfabeto a 4 para pós-graduação. Já a variável *FET* foi considerada no questionário por faixas de respostas, sendo atribuído valor igual a 1 para a faixa de 15 a 20 anos, 2 para a faixa de 21 a 30 anos, 3 de 31 a 40 anos, 4 para 41 a 50 anos, e 5 para maiores de 50 anos. As respostas dos questionários para a variável *REN* também estavam estruturadas em faixas, dessa forma, optou-se pela consideração do ponto médio de cada intervalo.

3.1.2.2 Cálculo dos Custos de Viagem

Para determinar os custos de viagem individual (CV_i), como demonstrado a seguir pela equação 5, foram considerados os gastos com deslocamento (DES), o custo de oportunidade do tempo (CO) e os gastos com estadia na cidade (EST), o que incluiu hospedagem, alimentação, passeios e guia, sendo esses multiplicados pela quantidade de dias que o visitante fica na cidade (D_i).

$$CV_i = DES_i + CO_i + (EST_i \times D_i) \quad (5)$$

Todas estas informações necessárias foram objeto de inquérito da pesquisa do CET-UnB, o que possibilitou a estimação dos custos de viagem para cada respondente.

O gasto com deslocamento (DES), demonstrado pela equação 6, foi obtido pela multiplicação da distância percorrida ($DIST$) pelo custo por quilometro (CKM), de acordo com o meio de transporte utilizado: ônibus, van ou carro. Nos casos em que os visitantes foram ao município com outras pessoas, foi dividido os custos relacionados ao deslocamento, dividindo o valor gasto para o deslocamento pelo número informado de pessoas que ocupavam o veículo (OV), a fim de evitar superestimação dos valores informados.

$$DES_i = \frac{DIST \times CKM}{OV} \quad (6)$$

A distância percorrida entre a cidade de origem do respondente e Cavalcante foi retirada do sítio do DENATRAN (www.rotasdascidades.com.br). A Tabela 1 demonstra o gasto com deslocamento de cada indivíduo por R\$/KM utilizado de acordo com o meio de transporte.

Tabela 1 – Custo de deslocamento por quilômetro

Tipo de transporte	R\$/KM
Carro	0,20320
Ônibus ou Van	0,12623

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela ANTT e ANP.

O coeficiente tarifário (preço por quilômetro rodado) utilizado para tanto para o ônibus quanto para a van, foi obtido no sítio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (<https://appweb.antt.gov.br/sgp/src.br.gov.antt/apresentacao/consultas/CoeficienteTarifario.as>

px); já o coeficiente para o carro foi obtido com base na média entre os preços da gasolina e do óleo diesel de acordo com os valores divulgados no sítio da ANP (http://www.anp.gov.br/preco/prc/Resumo_Mensal_Combustiveis.asp) nos meses de novembro de 2011 à fevereiro de 2012, período em que foram aplicados os questionários. Tais procedimentos para estimação estão em consonância com adotados em pesquisas que aplicaram o método como nos estudos de Abreu, Silva e Júnior (2008) e Malta, Costa N. M. C e COSTA V. C. (2012).

O custo de oportunidade do tempo (CO), considerado como uma variável importante na estimativa do valor de uso recreativo indica o quanto o indivíduo abre mão de ganhar em detrimento ao tempo gasto na visitação para apreciar o bem ambiental (PORTER, 2004). Desta forma, optou-se por adotar o procedimento sugerido por Cesário (1976), considerando como custo de oportunidade do tempo (CO_i), um terço da renda diária (REN_{di}) multiplicada pela quantidade de dias no local (D_i) (MALTA, COSTA N. M. C e COSTA V. C., 2012; CESÁRIO, 1976), demonstrado na equação 7. Como essas informações também eram objetos de questionamento da pesquisa realizada pelo CET-UnB, foi possível estimar os custos de viagem total de cada respondente ao somar os gastos com deslocamento, na cidade e custo de oportunidade do tempo.

$$CO_i = \frac{\left(\frac{REN_{di}}{30}\right) \times D_i}{3} \quad (7)$$

3.1.2.3 Cálculo do Excedente do Consumidor

Por meio do modelo descrito na equação 4, foi possível estimar a curva de demanda do bem. A partir desta curva estimou-se o excedente do consumidor, que representa uma medida do benefício proporcionado pelo conjunto de bens ambientais da localidade em estudo às pessoas que os utilizam, refletindo assim o valor de uso do bem (MOTA, 1997; ABREU, SILVA e JÚNIOR, 2008).

Com base no cálculo do excedente do consumidor (EC) encontra-se a disposição a pagar pela recuperação ou preservação dos bens e serviços ambientais, em que o consumo líquido é estimado pela área situada abaixo da curva de demanda, que de acordo com Guia (2008) pode ser estimada de acordo com a equação 8.

$$EC_i = \int_{CV_m}^{CV_{max}} e^{\beta_0 + \beta_1 CV_i + \beta_2 GEN_i + \beta_3 FET_i + \beta_4 ESC_i + \beta_5 REN_i} dCV \quad (8)$$

Após resolução da integral, é possível chegar ao modelo simplificado ilustrado, pela equação 9.

$$EC_i = - \frac{\beta_0 + \beta_1 CV_i + \beta_2 GEN_i + \beta_3 FET_i + \beta_4 ESC_i + \beta_5 REN_i}{\beta_1} \quad (9)$$

Depois de calculado a média do excedente do consumidor, por cada visitante da amostra, pode-se estimar o valor agregado de consumo dos bens ambientais do município de Cavalcante-GO, os quais são objeto de valoração.

3.2 Abordagem Qualitativa

3.2.1 Plano Amostral

Segundo Mayan (2001 *apud* Santos, 2012) a amostra qualitativa tem a finalidade de compreender o fenômeno de interesse, diferente da amostra quantitativa que busca generalizar os resultados à população, da qual foi extraída.

A seleção da amostra qualitativa, de acordo com Minayo, Assis e Souza (2005), baseia na busca do aprofundamento da compreensão de um grupo social, onde uma das características dessa amostragem é que a escolha do grupo a ser observado deve levar em consideração o conjunto das experiências que se pretende captar. Ou seja, as investigações qualitativas dependem de amostras selecionadas propositalmente, sendo que o pesquisador seleciona os sujeitos da pesquisa buscando encontrar aqueles que melhor poderão ajudar o pesquisador com informações para o trabalho, tendo em vista como e onde serão coletadas essas informações (CRESWELL, 2010; MAYAN, 2001 *apud* BOCCHI et al, 2008).

Sendo assim, a escolha dos participantes para compor a amostra para a entrevista foi intencional, pois o objetivo do estudo é obter dos participantes ideias e opiniões sobre temas específicos (CRESWELL, 2010; SELTZ, WRIGHTSMAN e COOK, 1987). Com intuito de alcançar o objetivo geral, inicialmente a amostra era composta por cinco participantes. Desses participantes quatro eram ligados ao governo (o prefeito municipal, o secretário do meio ambiente, o secretário do turismo, o contador do município) e um era o representante da comunidade (morador da cidade). Porém, devido à incompatibilidade de horários de dois dos entrevistados, a amostra final foi composta por três indivíduos, sendo dois ligados ao governo e um morador da cidade.

3.2.2 Instrumento de Coleta de Dados

Foi utilizada a entrevista semiestruturada para coleta dos dados qualitativos. Esse tipo de entrevista é focado em um determinado assunto. A partir desse assunto foram elaborados roteiros específicos, composto por perguntas principais, sendo que o pesquisador nesta modalidade tem a liberdade de introduzir outras questões, como questões explicativas, com o intuito de obter maiores informações sobre o tema proposto (MANZINI, 1990/1991; SAMPIERE, COLLADO e LUCIO, 2006).

O roteiro das entrevistas variou de acordo com cada entrevistado, conforme demonstrado no Apêndice A, B e C. As questões foram elaboradas com base nos assuntos tratados no referencial teórico (Seção 2) como o Desenvolvimento Sustentável (DS), o Turismo Sustentável (TS), o histórico da criação da Chapada dos Veadeiros e da cidade de Cavalcante, além da valoração ambiental. Assim as perguntas referem-se a esses assuntos, sendo que essa revisão foi essencial para aprofundar mais sobre a temática, o que auxiliou na elaboração das questões dos roteiros, com intuito de atingir os objetivos do trabalho.

Cabe ressaltar que em todos os roteiros foram apresentados os dados da Pesquisa do Perfil e Satisfação do Turista, desenvolvido pelo CET-UnB, juntamente com a métrica de valoração ambiental calculada nesse trabalho. O intuito de demonstrar essas informações nos roteiros foi tentar captar de cada entrevistado qual sua percepção sobre a importância desse valor, seja para os gestores tomarem decisões ligadas a preservação ambiental, seja para alavancar o desenvolvimento e execução de projetos visando desenvolver o turismo local.

As entrevistas individuais foram realizadas em dezembro de 2013, todas no mesmo dia, as quais foram previamente agendadas pessoalmente em novembro de 2013. Esse contato prévio foi fundamental para conhecer um pouco mais sobre a cidade e estabelecer o primeiro contato com os potenciais participantes, fato este muito importante para aceitação dos entrevistados em participar da pesquisa. Uma semana antes da data marcada, entrou-se em contato com os entrevistados para confirmar a data e horário das entrevistas via email. Como foi obtido resposta apenas de um dos entrevistados, estabeleceu-se contato por telefone.

Para maior conforto e comodidade dos participantes, as entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho de dois dos entrevistados. A outra entrevista foi realizada no Centro de Atendimento ao Turista (CAT), onde gentilmente foi cedido o local para que pudesse ser desenvolvida esta etapa do trabalho.

Antes de iniciar as entrevistas, primeiramente apresentaram-se aos entrevistados os objetivos do estudo e sua finalidade, além de informar que todas as informações no decorrer da entrevista seriam gravadas. Após tirar as possíveis dúvidas, solicitou-se que cada participante lesse o termo de consentimento para áudio da entrevista (Apêndice E) e assinasse o documento, para então iniciar as entrevistas.

Durante as entrevistas buscou-se seguir a ordem dos assuntos, de acordo com o roteiro pré-estabelecido. Porém, nas situações em que na explanação do entrevistado ele tivesse automaticamente respondido a outros itens do roteiro, foi tomado o cuidado de passar para a pergunta seguinte, como forma de evitar o desconforto para o participante. Contudo, em situações que surgiram dúvidas ao entrevistador, quanto à resposta dos entrevistados, buscou-se confirmar o que o entrevistado queria dizer.

Em todas as três entrevistas foram percebidas uma empatia entre entrevistado e entrevistador, item importante na condução de entrevistas (SAMPLIERE, COLLADO e LUCIO, 2006). Esse fato contribuiu para que o tempo das entrevistas tivesse um tempo médio de 38 minutos, variando entre 20 e 55 minutos.

Após o término das entrevistas, as gravações foram transcritas na íntegra para arquivo de acordo com a fala de cada participante, utilizando as observações feitas por Minayo, Assis e Souza (2005), para conseguir realizar uma transcrição de boa qualidade. Assim, não se ateuve na inclusão de elementos paralinguísticos como entonação de voz e silêncio.

3.2.3 Entrevista Semiestruturada

Na pesquisa qualitativa, de acordo com Flick (2009), há vários instrumentos utilizados para coletar os dados, como entrevistas e questionários. As entrevistas são divididas em vários tipos diferentes, dentre elas entrevista aberta, estruturada e semiestruturada (BONI e QUARESMA, 2005; FLICK, 2009).

Flick (2009) cita que o uso das entrevistas abertas foi predominante por muito tempo, porém as entrevistas semiestruturadas com o tempo passaram a ser muito utilizadas devido a maior chance de serem expressos os pontos de vista dos sujeitos entrevistados.

As entrevistas estruturadas são caracterizadas por serem elaboradas baseadas em questionários estruturados, onde as perguntas são formuladas criteriosamente de forma a não fugir do tema tratado pela pesquisa. Esse cuidado propicia a comparação entre as respostas de diferentes respondentes. Esse tipo de entrevista é geralmente utilizado nos censos, pesquisas eleitorais, mercadológicas e pesquisas de opinião (BONI e QUARESMA, 2005).

Já as entrevistas abertas, geralmente possuem finalidades exploratórias, sendo utilizada quando o pesquisador busca obter a maior quantidade possível de informações sobre o tema do estudo, de acordo com o ponto de vista do entrevistado, sendo utilizada principalmente para descrição de casos individuais (BONI e QUARESMA, 2005).

Por fim, nas entrevistas semiestruturadas, técnica utilizada na presente pesquisa, busca-se elaborar um roteiro prévio combinando perguntas tanto abertas como fechadas, propiciando um melhor desenvolvimento da discussão sobre o assunto tratado, pois é permitido que o entrevistador faça perguntas adicionais para esclarecer possíveis dúvidas do entrevistado. Como esse tipo de modalidade é possível delimitar a quantidade de informações obtidas devido ao direcionamento da entrevista ao tema proposto, o que contribui para que os objetivos sejam alcançados (BONI e QUARESMA, 2005).

Esse tipo de modalidade de entrevista possui muitas vantagens no seu uso, como a elasticidade em relação a duração da entrevista. Porém conta com algumas desvantagens como o dispêndio de tempo e escassez de recursos financeiros por parte do entrevistador; e a possibilidade de o entrevistado se sentir inseguro quanto ao seu anonimato, o que pode contribuir para que ele não esclareça determinados itens importantes para a pesquisa (BONI e QUARESMA, 2005).

Depois de estabelecidos e descritos os procedimentos metodológicos adotados, com o intuito de atender ao objetivo geral, na próxima seção são apresentados os resultados da aplicação do método dos custos de viagem e das entrevistas semiestruturadas realizadas em Cavalcante.

3.2.4 Pré-Teste

Os roteiros das entrevistas foram avaliados em termos de clareza e conexão com os objetivos propostos pelo estudo por um professor doutor do departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA - UnB). Esse processo foi semelhante ao realizado por Andrade (2011).

Após análise das considerações feitas pelo professor que analisou as questões, foi ajustada as perguntas dos roteiros e então realizou-se um pré-teste da entrevista com um aluno de mestrado do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis - UnB/UFPB e UFRN. Esse pré-teste buscou analisar a clareza da pergunta feita pelo entrevistador e das palavras utilizadas, visto que em versões anteriores do roteiro havia muitas palavras técnicas que poderiam interferir nas respostas dos entrevistados.

3.2.5 Procedimentos Éticos

Como já assinalado, antes da realização das entrevistas foi solicitado que cada participante lesse o termo de consentimento para áudio da entrevista (Apêndice D) e caso tivesse de acordo em participar da pesquisa, assinasse. Dessa maneira, a assinatura do termo por cada participante foi a condição considerada para a confirmação da participação na pesquisa desenvolvida, tendo este ciência de que os dados fornecidos ao entrevistador seriam usados nas análises, cautelosamente, como forma de atingir os objetivos propostos no trabalho.

Os dados coletados, como fitas de gravação das entrevistas, estão mantidos sob a responsabilidade do pesquisador. Embora não tenha sido expressa a vontade dos entrevistados de se manterem em anonimato, optou-se também por manter a confidencialidade das

entrevistas, mantendo em sigilo a identificação direta dos participantes nas informações sobre a entrevista na íntegra ou de trechos das transcrições que serão apresentadas nos resultados.

Como procedimento ético, conforme proposto por Creswell (2010) e Minayo, Assis e Souza (2005) e utilizado por Andrade (2011), cada entrevistado recebeu uma identificação única: "Entrevistado (a) 1, 2, e 3", indicando respectivamente o contador, o cidadão local e o secretário do meio ambiente. Os nomes de outras pessoas citados pelos entrevistados também foram mantidos em sigilo para garantir que não haverá constrangimento a terceiros. Os nomes verdadeiros das pessoas citadas foram substituídos pelas expressões: "Pessoa D, E, F, G *etc*".

3.3 Plano de Análise

A análise dos dados foi realizada em etapas. Primeiramente analisamos o perfil dos respondentes da amostra, incluindo nesse tópico algumas das variáveis socioeconômicas utilizadas no modelo. Depois foi feita a análise das demais variáveis utilizadas no modelo, incluindo as variáveis *CV*, *CO* e *REN*.

Os resultados estatísticos encontrados com a aplicação do método dos Custos de Viagem individual foram vistos posteriormente, onde a partir dos cálculos foi possível encontrar o valor dos bens ambientais do município de Cavalcante. Para tanto, cabe ressaltar que para a desenvolvimento da parte operacional estatística foi utilizado o software Gretl 1.9.8 e o programa Excel.

No tópico seguinte analisamos as entrevistas semiestruturadas com o contador, o cidadão local e o secretário do meio ambiente do município de Cavalcante, com o intuito de captar qual a percepção dos gestores municipais em relação ao valor dos bens ambientais encontradas pelo método de valoração aplicado.

A ordem adotada para essa análise qualitativa foi de acordo com a ordem dos temas dos roteiros das entrevistas (Apêndice A, B e C). Como as entrevistas foram fielmente transcrições de acordo com a fala de cada entrevistado, essas incorporaram expressões informais, erros gramaticais, entre outros. Em decorrência desses fatos, e por questões éticas, optou-se por não anexar as entrevistas ao trabalho. Outro cuidado a ser tomado foi em relação a transcrições das falas usadas no decorrer do trabalho que foram corrigidas gramaticalmente, tomando cuidado para não alterar os sentidos.

3.4 Limitações da pesquisa

Dentre as limitações desta pesquisa, um dos principais fatores limitantes foi o uso dos questionários sobre o Perfil e Satisfação do Turista em Cavalcante, que por si só já é considerado como uma fonte limitadora, principalmente por ter sido elaborado e aplicado para outras finalidades que não a valoração econômica. Esse fato pode contribuir para a limitação da estimativa dos custos de viagem em decorrência da omissão de algumas variáveis.

Outro item a considerar é a falta de informações sobre o número de turistas que o município recebe anualmente, o que inviabilizou a aplicação do método dos custos de viagem zonal.

A pesquisa qualitativa traz consigo a subjetividade, característica que pode ser citada como uma limitação. Como foi utilizada a técnica de entrevista, devem ser considerados os fatores limitantes do entrevistador, pela falta de experiência na condução das entrevistas, e dos entrevistados que podem ter ficado inseguros em responder alguma das perguntas por medo de se comprometerem. Deve ser considerado também o fato de ter sido possível entrevistar apenas três pessoas da amostra qualitativa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise Quantitativa

4.1.1 Perfil dos Respondentes da Amostra

Após ajuste da amostra, como tratado no item 3.1.1, foi analisado o perfil do turista em diversos aspectos. Dentre os turistas que visitaram os bens ambientais do município de Cavalcante, 47,18% são de Brasília-DF, 16,38% são de Goiânia-GO, cidades-origem com a maior representação, conforme gráfico 1.

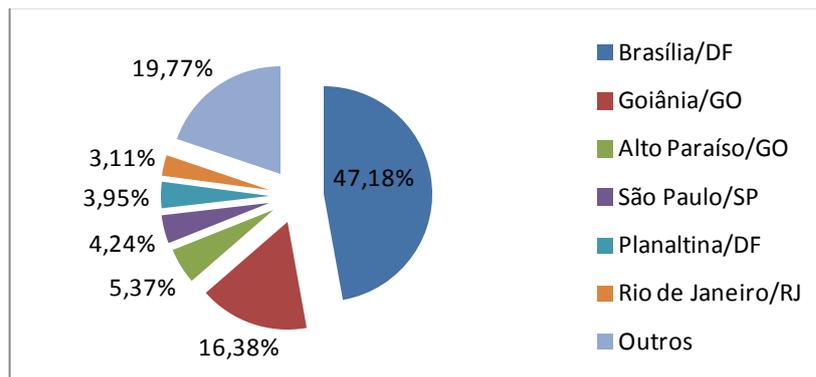


Gráfico 1 - Origem dos Turistas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CET-UnB

Diferente de resultados encontrados em outros trabalhos, como o de Coffman e Burnett (2009), em que a maioria da amostra é do sexo feminino, na nossa relação, quanto ao gênero dos entrevistados, a maioria é do sexo masculino (51,98%), enquanto que 48,02% são do sexo feminino.

Já em relação a faixa etária, nota-se uma predominância de turistas com faixa etária entre 21 e 30 anos (39,27%), seguido pela faixa de 31 a 40 anos (28,53%) e 41 a 50 anos (14,69%), conforme é apresentado na tabela 2.

Tabela 2 – Faixa etária da amostra

Faixa etária	Nº de respostas	%
De 15 a 20 anos	32	9,04%
De 21 a 30 anos	139	39,27%
De 31 a 40 anos	101	28,53%
De 41 a 50 anos	52	14,69%
Acima de 50 anos	30	8,47%
Total geral	354	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CET-UnB

Quanto ao nível de escolaridade, como mostra o gráfico 2, observou-se que 59,62% declararam possuir nível superior, seguido de 25,67% que possuem ensino médio. Esses resultados podem ser justificados considerando a realidade brasileira, pois de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento na porcentagem da população que possui nível superior no Brasil, sendo que o Distrito Federal é a região brasileira que possui o maior número de pessoas que tem ensino superior completo (17,6%) (DUARTE, 2012).

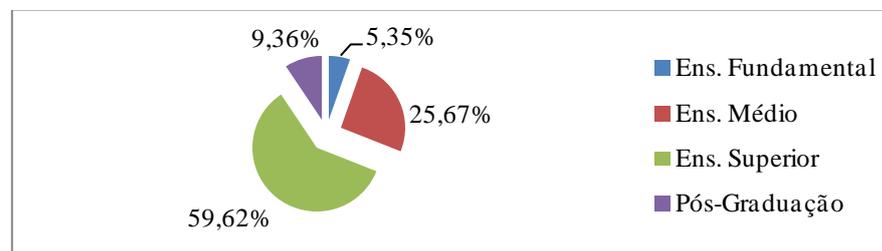


Gráfico 2 - Escolaridade

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CET-UnB

Analisando o aspecto da renda, a mediana da amostra foi de R\$ 1.362,00, sendo que nessa classe há um total de 59,32% dos respondentes da amostra. Para o cálculo da mediana utilizou-se no Programa Microsoft Excel, o ponto médio das classes de renda expressas nos questionários. Após obter os respectivos valores dos pontos médios individuais, calculou-se a mediana considerando a amostra como um todo. A outra classe mais representativa em relação à renda (R\$ 1.090,00) tem um total de 16,95%, seguida por 14,41% cuja renda é de R\$ 2.725. As demais classes possuem porcentagem inferior a 10% sendo que inclui nelas as classes com menor e maior valor da renda da amostra.

Embora haja outros meios de transportes para chegar à Cavalcante, considerou-se apenas carro, ônibus e van devido à possibilidade de estimar o valor do gasto com transporte

de forma mais confiável. Assim, como demonstrado no gráfico 3, 81% dos entrevistados que visitaram Cavalcante, foram até lá de carro, seguido por 13% que foram de ônibus e 6% de van.

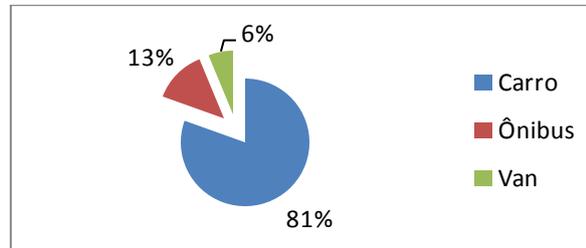


Gráfico 3 - Meio de Transporte

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CET-UnB

Com exceção dos ônibus de excursão e vans fretadas, para se chegar até Cavalcante partindo de Brasília há apenas uma empresa de ônibus de linha que faz o trajeto. Porém, devido a problemas operacionais da própria empresa, não há ônibus todos os dias. Essa situação faz com que o transporte clandestino seja uma alternativa para as pessoas que não possuem carro para chegar até lá. Cabe ressaltar ainda, a falta de transporte de Cavalcante para as cidades vizinhas, que obriga as pessoas a pegarem 'carona' para se locomoverem. Dessa forma, todos esses problemas explicam o fato de mais de 80% dos visitantes irem à Cavalcante de carro.

Em relação à hospedagem, 50% dos entrevistados se hospedaram em pousadas, como descrito no gráfico 4.

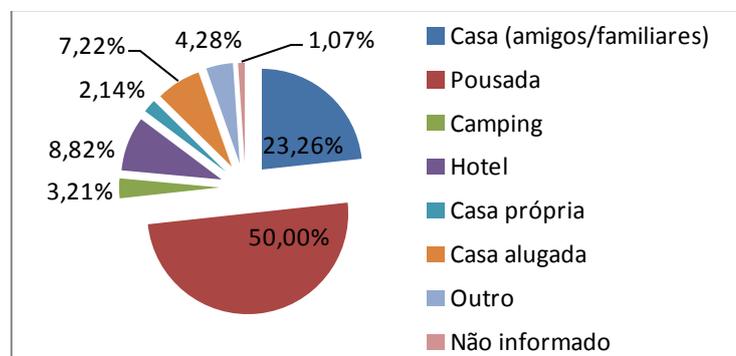


Gráfico 4 - Hospedagem

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CET-UnB

Quanto ao número de vezes que cada entrevistado já visitou Cavalcante, expresso no gráfico 5, 46,61% da amostra estavam visitando a cidade pela primeira vez, seguido por

22,32% que já visitaram a cidade mais de quatro vezes. Do total de visitantes, conforme dados obtidos nos questionários, 98% expressaram a vontade de retornar a cidade.

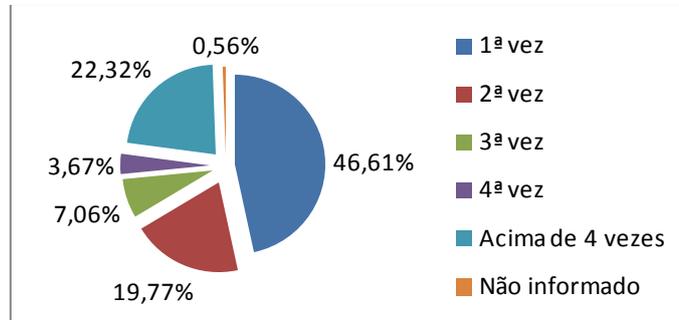


Gráfico 5 - Visitas ao Município de Cavalcante

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CET-UnB

O município de Cavalcante é dotado de recursos naturais, como citado no item 2.3 do referencial. Dentre os bens ambientais (cachoeiras e rios) mais visitados, de acordo com os questionários, 28,88% dos entrevistados visitaram a comunidade do Engenho II, 14,17% visitaram o rio das Almas e 10,96% visitaram a cachoeira de Santa Bárbara.

Considerando que a comunidade do Engenho II é a porta de entrada para a cachoeira de Santa Bárbara, pois ela está localizada dentro dos limites da comunidade, pode-se dizer que 39,84% dos entrevistados visitaram o Engenho II. Como as outras localidades apresentaram porcentagem de visita muito pequena em relação a esses três pontos turísticos, optou-se por não utilizar o método dos custos de viagem com múltiplos destinos.

4.1.2 Método dos Custos de Viagem Individual

As variáveis *GEN* (gênero), *FET* (faixa etária) e *ESC* (escolaridade) que compõem o modelo para calcular os custos de viagem foram analisadas no tópico 4.1. Para tanto, iremos analisar o resumo estatístico das demais variáveis *CO* (custo de oportunidade), item incluso na variável *CV* (custos de viagem), e a variável *REN* (renda). Os valores são apresentados na tabela 3 abaixo.

Tabela 3 - Resumo estatístico das variáveis *CO*, *CV* e *REN* (em R\$)

Variável	Nº de Observações	Média	Desvio-padrão
<i>CO</i>	354	58,86	41,15
<i>CV</i>	354	437,24	427,74
<i>REN</i>	354	1.582,29	1.087,79

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CET-UnB

O valor médio do custo de oportunidade da renda para a visita dos bens ambientais do município de Cavalcante foi de R\$ 58,86 com um desvio-padrão de R\$ 41,15.

Já os custos de viagem apresentou uma média de R\$ 437,24, com desvio-padrão de R\$ 427,74. O valor mínimo dessa variável foi de R\$ 34,46 de um visitante de Planaltina-GO e o valor máximo dos custos de viagem para a amostra foi de R\$ 4.592,09. Essa discrepância de valor entre os custos de viagem mínimo e máximo se deve a diferença entre a renda e a distância dos respondentes da amostra. Assim, da mesma forma como há indivíduos da amostra que moram muito próximo à Cavalcante, justificando a um baixo custo de viagem, há também indivíduos que moram muito longe e possuem um maior poder aquisitivo, justificando também os valores máximos do custo de viagem.

A renda média da amostra foi de R\$ 1.582,00, com desvio-padrão de R\$ 1.088,00. Embora não esteja demonstrado na tabela acima, houve alguns casos na amostra (4,52%) em que os respondentes não declararam ter uma renda mensal. Como o custo de oportunidade é calculado utilizando os dados da renda dos respondentes, nesses casos os valores mínimos de ambas as variáveis foram iguais à zero.

Para tratar os dados foi utilizado o modelo de *Poisson*, justificado na metodologia. Os resultados do modelo estimado de acordo com a equação 4, estão na tabela 4.

Tabela 4 – Resultados da regressão de *Poisson*

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	z	p-valor	
Const	1,2690	0,1542	8,2276	<0,00001	***
CV	-0,0002	0,0001	-1,9613	0,04984	**
GEN	0,1241	0,0719	1,7253	0,08447	*
FET	0,0184	0,0336	0,5467	0,5846	
ESC	-0,1268	0,0520	-2,4367	0,01482	**
REN	-0,0001	0,0000	-1,7610	0,07823	*
Média var. dependente		2,3362	D.P. var. dependente	1,6153	
Soma resíd. quadrados		850,2952	E.P. da regressão	1,5631	
R-quadrado de McFadden		0,0212	R-quadrado ajustado	0,0118	
Log da verossimilhança		-624,6097	Critério de Akaike	1261,219	
Critério de Schwarz		1284,435	Critério Hannan-Quinn	1270,456	

Teste de excesso de dispersão: Qui-quadrado (1) = 0,6664 [0,4143]

Teste de normalidade dos resíduos -

Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal

Estatística de teste: Qui-quadrado (2) = 134,925

comp-valor = 5,02705e-030

Obs.: *Significante ao nível de 10%; **Significante ao nível de 5%; ***Significante ao nível de 1%.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do software gretl 1.9.8

Um dos pressupostos do modelo de *Poisson* é que a variância do valor esperado da equação seja igual à média, não havendo indícios de sobredispersão dos dados (WOOLDRIDGE, 2006). Uma das formas de verificar isso é com o teste de dispersão, que, para o modelo estimado, apresentou uma estatística qui-quadrado de 0,66, proporcionando um erro superior a 5%, o que sugere que os dados seguem a distribuição de *Poisson*. Adicionalmente, verifica-se que não foram constatados problemas de multicolinearidade, pois o maior valor de inflação da variância calculado foi de 1,214.

Conforme esperado, foi encontrada relação negativa e significativa ao nível de 5% com os custos de viagem, o que torna o modelo válido do ponto de vista do método dos custos de viagem. Observa-se ainda uma relação negativa e significativa ao nível de 5% para a variável *ESC*, o que sugere que os visitantes com menor nível de escolaridade possuem um maior benefício do consumo para o bem analisado.

Foram encontradas relações significantes ao nível de 10% para as variáveis *GEN* e *REN*, o que sugere que turistas do sexo masculino e com maior nível de renda valoram mais o município. A variável *FET* não apresentou relação estatisticamente significativa, no entanto, o sinal para o coeficiente estimado sugere que esta variável influencia positivamente na taxa de visitação.

Com base nos resultados obtidos por meio da equação do excedente do consumidor para cada indivíduo da amostra na procura pelo bem ambiental, pode-se estimar o valor econômico dos benefícios gerados pela visitação aos bens ambientais do município de

Cavalcante. Sendo assim, os resultados demonstraram um valor médio aproximado por visitante da amostra de R\$ 4.873,67, para uma renda média de R\$ 1.582.

4.2 Análise Qualitativa

O objetivo da análise qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas, foi verificar como os gestores do município de Cavalcante tomariam decisões, tendo em vista as informações obtidas pela valoração ambiental.

Para facilitar as análises, descreveu-se cada entrevista individualmente de acordo com os roteiros elaborados. Após as descrições analisaram-se sucintamente os assuntos tratados nas entrevistas tendo como parâmetro os aspectos social, econômico e ambiental. Por fim é analisado o papel das informações encontradas pela métrica de valoração utilizada na tomada de decisão dos gestores do município.

4.2.1 Transcrição das Entrevistas

4.2.1.1 Entrevista 1 (Contador)

O roteiro da entrevista 1 foi diferenciado em relação a aqueles aplicados aos entrevistados 2 e 3, pois buscava-se captar, neste primeiro momento, os assuntos técnicos da contabilidade.

De acordo com o entrevistado 1, o Departamento Contábil da prefeitura de Cavalcante é assessorado por uma empresa de consultoria contábil.

A respeito da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSA) no município, o entrevistado 1 cita que o tema é importante, embora a contabilidade do município tenha algumas dificuldades para se adequar a elas.

Acredita-se que em decorrência das informações contábeis terem de ser inseridas no portal da transparência em poucos dias da ocorrência dos fatos, isso poderá contribuir no futuro para uma adoção das normas internacionais. Porém, constatou-se que o corpo técnico

do Departamento de Contabilidade não realizou cursos de capacitação sobre as normas internacionais aplicadas ao setor público.

Questionado sobre a possibilidade de inserir informações sobre ativos ambientais (cachoeiras e rios) nos demonstrativos contábeis, o entrevistado 1 relatou que essas informações poderão fazer diferença na tomada de decisão dos gestores, pois "seria importantíssimo cada município ter um levantamento do seu valor, no caso ambiental, que ele tem de riqueza no município". Assim, "mediante essa informação, o governo do município, Estado ou Governo Federal, eles teriam uma realidade em mãos de cada região". O reconhecimento, segundo o mesmo entrevistado, poderá direcionar a aplicação correta dos recursos públicos pelo Governo.

Na opinião do entrevistado 1, para o município de Cavalcante, as informações de natureza ambiental seriam importantes, pois sinalizariam oportunidades tanto para o captador de recursos do município quanto para os investidores. Para ele, a inserção de informações dessa natureza nos demonstrativos contábeis seria interessante. Contudo, não poderá ocorrer com as atuais ferramentas de mensuração utilizadas corriqueiramente pela contabilidade. Atualmente são praticados somente métodos tradicionais para mensurar os demais ativos tangíveis. Além disso, constatou-se que os bens ambientais não são reconhecidos nos demonstrativos do município. Argumentado sobre a possibilidade de adotar o método dos custos de viagem para reconhecer os bens ambientais, o entrevistado 1 relata que poderá haver dificuldades pelo corpo técnico, pois inicialmente haveria barreiras internas.

Em relação às dificuldades no desenvolvimento do método dos custos de viagem, o gestor contábil da prefeitura relatou que o Departamento de Contabilidade encontrará dificuldades para desenvolver a pesquisa de campo e o cálculo dos bens ambientais, pela falta de mão de obra qualificada. Nessas circunstâncias, seria necessário, por exemplo, a continuidade do trabalho já desenvolvido pelo CET-UnB. A partir daí o setor contábil poderia agregar tais informações aos demonstrativos financeiros.

Informações de natureza ambiental, de acordo com o entrevistado 1, podem auxiliar as partes interessadas na tomada de decisão baseada nos demonstrativos contábeis, sendo que no geral "seria positivo ter a informação em mãos, do que não ter". Embora o município tenha demanda para o uso dessas informações, quando questionado sobre o que seria mais complicado entre gerar a informação ou utilizá-la, o entrevistado 1 cita que "seria as vezes mais complicado a pessoa utilizar".

Quanto às informações adicionais necessárias para o cálculo do MCV, como o perfil do turista, na opinião do gestor contábil, elas poderiam servir para manter um maior controle dos visitantes nos atrativos ambientais. Outro uso seria na criação e acompanhamento de projetos no município ligados ao turismo.

Na cidade de Cavalcante, a contabilidade municipal se atém apenas na elaboração dos relatórios obrigatórios, não sendo gerada nenhuma informação à parte. De acordo com o entrevistado 1, não é possível elaborar relatórios com informações de caráter ambiental e social, pois seria necessário adequações para isso, as quais vão depender do empenho dos gestores, como o do secretário do meio ambiente e do prefeito.

Questionado sobre o que o entrevistado 1 achava sobre o turismo ser a única saída para o desenvolvimento local, ele citou que devido a grande parte do município estar em área de reserva ambiental, o turismo seria a atividade mais rentável para o município de Cavalcante.

4.2.1.2 Entrevista 2 (Cidadão Local)

Apresentou-se primeiramente a importância do turismo para o desenvolvimento local. Com base na visão do plano estratégico estabelecido no projeto², o entrevistado 2 foi questionado sobre o papel da comunidade na preservação ambiental. Em sua percepção, a comunidade tem um papel fundamental devido ao fato de eles estarem em "contato direto com o meio ambiente local". Sendo assim, eles deveriam participar ativamente no planejamento e execução de projetos ligados ao meio ambiente, "mas a população não se envolve, não se engaja".

O entrevistado 2 relatou que o governo municipal não realiza nenhuma ação em prol do desenvolvimento local e da preservação ambiental. Segundo ele, o principal motivo é a falta de conscientização da própria população, sendo o governo um reflexo dela própria. A população não cobra ações ambientais dos governantes, pois há outras prioridades para aquela. Dessa forma, a administração local permanece à parte desse assunto, pois "não tem essa visão" da importância ambiental.

Em relato, o entrevistado 2 citou três momentos importantes que geraram mobilização da população na questão ambiental, nos últimos cinco anos. O primeiro deles foi um projeto

² Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Cavalcante - 2011/2014.

para a criação de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em Cavalcante. O segundo fato ocorrido foi a consulta sobre a criação de algumas Unidades de Conservação (UCs) estaduais no município. O terceiro acontecimento foi contra o Instituto de Arte Contemporânea e Jardim Botânico (Inhotim) que foi ao município com uma autorização da prefeitura de Cavalcante para levar uma touceira de Buriti para o Jardim Botânico.

Nessas situações houve mobilização da população e isso "gerou uma grande comoção na cidade dos a favores e dos contras" de acordo com seus interesses particulares.

O governo trabalha de acordo com a demanda imposta. Como o território é muito grande e a população, embora pequena, seja muito dispersada, de acordo com o entrevistado 2, isso dificulta a gestão. Porém, assuntos relacionados à natureza nunca foram prioridades dos governantes. Na visão do entrevistado 2, "dificilmente a gente vai modificar a realidade turística e ambiental de Cavalcante se não for através da educação". Ainda segundo o entrevistado "se a população começar realmente a cobrar e acreditar que o turismo seja uma prioridade, e que o meio ambiente seja uma prioridade, as coisas vão melhorar". Esses três momentos foram citados exatamente para demonstrar o poder da comunidade frente a assuntos que afetam a população e os interesses particulares.

Em relação ao desenvolvimento social, há vários cursos que são ministrados no município. Atualmente estão sendo realizados os cursos de auxiliar de fiscalização ambiental, agente de informações turísticas, auxiliar agropecuário, salgadeiras, etc. Porém, de acordo com o entrevistado 2, há um problema em Cavalcante: o turismo não é uma realidade. Embora turistas visitem a cidade, "dificilmente alguém hoje, no momento atual, consegue viver do turismo". Esses fatos acontecem, pois o fluxo de turistas é concentrado nos finais de semana e nos feriados.

Quando questionado sobre aos aspectos econômicos ligados à criação de empregos à comunidade, o entrevistado 2 cita que no município, a criação de serviços à comunidade a partir do turismo não é incentivada, sendo que a cidade é totalmente dependente da prefeitura em relação a empregos.

A interação entre a comunidade, governo e operadores turísticos é fundamental para o desenvolvimento do turismo local. Em relação a esse assunto, de acordo com o entrevistado 2, essa interação ocorre no município. É possível observar duas situações distintas em relação ao desenvolvimento do turismo. Na comunidade Kalunga do Engenho II, por exemplo, a realidade turística é muito melhor do que a realidade da zona urbana. Segundo ele, essa

diferenciação se deve também pela infraestrutura que a comunidade Kalunga possui e pelos diversos apoios que recebem de programas especiais do governo para comunidades quilombolas. Eles representam quase a metade do eleitorado e trabalham de uma forma organizada. Isso faz com que eles possuam uma maior participação na prefeitura, o que contribui para o desenvolvimento do turismo naquele local.

Outras pessoas que cobram ações relacionadas ao turismo são os empresários. A maioria deles veio de outras cidades com interesse de investir no turismo. Porém, como citado pelo entrevistado 2, por conhecer essa realidade de Cavalcante essas pessoas "cobram muito, mas elas são poucas e não estão inseridas na estrutura da cidade". Assim, sem apoio de organizações como o conselho de turismo e a prefeitura, isso dificulta o desenvolvimento de empreendimentos, impactando diretamente na criação de empregos para o município.

Em decorrência dessa dificuldade de articulação entre os órgãos para alavancar o turismo, criou-se, a partir de uma iniciativa independente, a Associação Chapada Sustentável, que quer "trazer o desenvolvimento independente de qualquer coisa". Embora seja um trabalho voluntário, os membros tem ciência de que "a força que esse pessoal tinha separadamente era muito pequena para exigir" um grande desenvolvimento do turismo.

O entrevistado sobre isso cita que "se a pessoa da cidade não entende, não vê, não consegue enxergar o turismo da forma que o Kalunga enxergou o turismo não vai desenvolver". Assim, o desenvolvimento do turismo e a preservação ambiental, de acordo com o entrevistado 2, estão intimamente ligados à educação e à cultura da população, pois as pessoas devem se conscientizar da importância da conservação do meio ambiente para a vida delas e para o futuro e "como ganhar dinheiro com a preservação ambiental".

O desenvolvimento de Cavalcante para o entrevistado 2 está intimamente ligado ao desenvolvimento do turismo local. Sendo assim, a solução para a questão entre desenvolver sem deixar de preservar é por meio de "uma política voltada para o desenvolvimento turístico, como foi em Bonito-MT". Essa questão foi suscitada, pois considerando que a grande parte do município é área de preservação, isso dificulta o desenvolvimento da região através de outras atividades como a mineração e geração de energia por meio de PCHs. Porém comparando-se Bonito-MT e Cavalcante-GO, a diferença está na implantação do turismo como principal instrumento de desenvolvimento local, no engajamento da população cavalcantense e na visão de seus governantes.

Em relação a percepção dos benefícios pela comunidade, gerados com a chegada de mais turistas na cidade, é citado que a população em geral consegue perceber tais benefícios. Segundo ele, isso é percebido principalmente quando se realiza algum evento na cidade, como carnaval, réveillon, rodeio e festival de música em que o fluxo de turistas aumenta. Nesses eventos são montadas 'barraquinhas' que vendem comidas, bebidas e artesanatos. O turista compra esses produtos e, portanto essa renda gerada é refletida no bolso dos vendedores.

Em épocas de grande fluxo as pessoas também alugam suas casas e recebem por isso valores significativos em comparação com a realidade do município que é de salário mínimo. Porém, "quando o fluxo é pequeno abarca apenas quem tá ligado diretamente ao turismo". "Quem vai perceber isso é o pessoal que trabalha no CAT, é o pessoal que tem um empreendimento, uma pizzaria ou quem tenha uma operadora, um guia ou uma pousada".

O turismo, na opinião do entrevistado 2, "é bem visto, mas ainda não entrou na cabeça das pessoas que ele deve ser uma prioridade". Assim, para que a realidade do turismo seja mudada o entrevistado sugere que "o gestor público de Cavalcante invista no turismo, com a mesma necessidade e prioridade que ele tem que investir em coisas básicas como educação e saúde", pois essa é uma saída para a geração de recursos para o município.

Na realidade de Cavalcante, como citado na entrevista, o público alvo é seletivo, pois normalmente são pessoas que praticam o ecoturismo, causando assim, impacto mínimo ao meio ambiente e respeitando a cultura local. Nesse sentido, o impacto dos turistas é mínimo.

O último assunto tratado nessa entrevista foi sobre a pesquisa realizada pelo CET-UnB e a valoração ambiental.

Para o entrevistado 2, as informações sobre o perfil do turista e a valoração ambiental são importantes, mas dependem do contexto nas quais estão inseridas. Nesse sentido, dentro de um planejamento turístico, essas informações são fundamentais, mas dependem de um interesse prévio do gestor.

Em relação às informações sobre a valoração ambiental na tomada de decisões pelos governantes, o entrevistado 2 acha que "dependendo de como ela for apresentada para esse governante, ela pode ajudar a sensibilizar um pouco". Mas deve haver disposição e vontade do gestor em promover mudanças, pois *a priori* não serão demonstradas informações novas, e sim, algo que intuitivamente as pessoas ligadas ao governo ou turismo já saibam.

4.2.1.3 Entrevista 3 (Secretário do Meio Ambiente)

O primeiro assunto tratado foi sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do município de Cavalcante 2011-2014, turismo sustentável e desenvolvimento sustentável.

Questionado sobre como a prefeitura de Cavalcante vem desenvolvendo esses projetos estabelecidos no plano estratégico, o entrevistado 3 disse não saber o que estava sendo feito para execução dos projetos. Um fato levantado foi a troca da gestão pública, que se iniciou em 2013 com o mandato do atual prefeito. Citado como uma realidade de cidade do interior, quando a oposição vence as eleições há uma tendência em não dar continuidade a certos projetos, sendo o primeiro ano de mandato considerado como um período de adaptação em que estão tentando retomar as atividades. Esse fato acontece porque os cargos de confiança são transferidos para outras pessoas, que muitas vezes não possuem experiência para desempenhar tais atividades.

Muitas foram e são as dificuldades enfrentadas para a implantação dos projetos ligados ao turismo. O entrevistado 3 cita que a administração foi um das grandes responsáveis por muitos projetos não terem sido realizados. Outra questão a considerar é o fato de o *trade* turístico não representar a todos e não se ter interesse em adotar uma postura de mudança. Nessas circunstâncias, mesmo tendo apoio de órgãos como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), ou projetos como o realizado pelo CET- UnB para implantação do Observatório do Turismo Sustentável em Cavalcante, enquanto não houver organização entre as partes interessadas e comprometimento com a causa, os projetos continuarão a ser realizados, mas não terão continuidade.

Em relação aos questionamentos sobre a implantação do turismo como um instrumento que contribui para o desenvolvimento local, o entrevistado 3 citou que: " a atividade turística sempre vai causar os impactos positivos e negativos", sendo que o turismo "seria uma saída sustentável, no que diz respeito inclusive à geração de emprego". Nessa ocasião foi dito que o maior empregador no município é a prefeitura.

Outra atividade que poderia contribuir com o desenvolvimento do município seria a mineração, mesmo não sendo uma saída sustentável, pois ela gera empregos, mas quando os recursos se esgotam ela "vai embora e muitas vezes não deixa nada no próprio município".

Assim, o turismo é considerado pelo entrevistado 3 como "uma taboia de salvação para Cavalcante".

Contudo, embora o turismo seja a alternativa sustentável para o desenvolvimento do município, há certa resistência da grande massa da comunidade ao turismo. Segundo o entrevistado 3, isso se deve à falta de informação, pois "eles não conseguem compreender como aquilo vai ser bom para eles de alguma maneira". Nessa situação, se o turismo fosse uma realidade no município seria solucionado um problema constante que é dos jovens terem que ir para outras cidades para poderem trabalhar e melhorar de vida.

Muitos cursos de capacitação do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), cursos da Fundação Banco do Brasil, e da Fundação Universa já foram realizados em Cavalcante, como curso de guia regional e gestão de hotéis. A população participa, porém depois que o curso termina não há oportunidade para os profissionais formados trabalharem. Essa insatisfação gerada faz esses profissionais culparem o turismo por não oferecer emprego. De acordo com o entrevistado 3, esse problema pode ser resolvido com o aumento do fluxo de turista na cidade, sendo necessário "divulgar o destino fora, para que ele se torne um destino com grande fluxo", contribuindo assim para a geração de empregos.

Em relação as ações ligadas ao turismo sustentável implantadas no município de Cavalcante, já foi realizado um projeto específico na comunidade Kalunga do Engenho II, denominado Kalunga Sustentável. De acordo com a descrição feita pelo entrevistado 3, o foco desse projeto era que os moradores produzissem seus próprios produtos, seja alimentícios ou artesanais. Para facilitar a fabricação e venda dos produtos, foram construídos espaços específicos na comunidade para eles trabalharem. Além de terem investido na infraestrutura do local, o projeto previa a capacitação da comunidade para desenvolver essas atividades de forma a melhor atender os turistas que ali visitam.

Em relação à prática do turismo em Cavalcante, a comunidade mais organizada é a comunidade do Engenho II. Como relatado pelo entrevistado 3, essa comunidade já recebeu vários cursos de capacitação, sendo que muitos são guias, tem o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) da comunidade, tem associação de condutores de visitantes e a associação da comunidade em que só participam os Kalungas. Já a cidade de Cavalcante não possui essa organização, tendo dificuldade para direcionar o turismo que vai para a comunidade de Vão das Almas, para o Vão do Moleque, para o Engenho, além do turismo local.

A interação entre o governo, a população e os guias turísticos é importante para a implantação do turismo sustentável. O entrevistado 3 acredita que o interesse principal em promover essa interação deve partir da administração municipal. Porém isso não exime as responsabilidades dos demais agentes. Em relação à antiga administração, o entrevistado cita que esse início de mandato já apresenta melhoras, pois o governo atual se preocupa em promover festas e eventos que atraem turistas da região e tem trabalhado para colocar no ar um site atualizado do município.

Como esse entrevistado não sabe como e quais projetos estabelecidos no plano estratégico do município estão sendo executados, não foi possível perceber nenhuma mudança nas atitudes da população e do poder público no período de 2011 à 2013 em relação aos assuntos ligados ao desenvolvimento do município por meio do turismo.

O segundo assunto tratado foi sobre a pesquisa realizada pelo CET-UnB e o valor calculado sobre os bens ambientais. Depois de apresentado os dados da pesquisa e o valor econômico encontrado pela métrica de valoração foi questionado a ele se ele acha que essas informações podem ajudar os governantes na criação de projetos e no momento da execução dos mesmos.

O entrevistado 3 acredita que essas informações do banco de dados da pesquisa do CET-UnB e da valoração ambiental são úteis e importantes para escrever projetos, sendo relevante para a tomada de decisão. Porém o problema não é a falta de informação, mas sim a falta de interesse e preparação para utilizar esses dados. Os governantes e o *trade* sabem do potencial que a cidade tem para o turismo, só não conseguem alavancar essas atividades.

Quanto à informação gerada pelo método de valoração, o entrevistado 3 acha que ela pode ser muito útil principalmente para a comunidade local, pois caso ela saiba da importância desse turista para o movimento da economia do município, isso poderia incentivar as pessoas a produzirem artesanatos, comidas típicas e expor nos finais de semana, ou épocas de maior movimento.

O entrevistado 3 acredita que demonstrar a importância dos bens ambientais pode contribuir para as políticas de preservação, havendo possibilidade de essas informações serem utilizadas para a tomada de decisão. Porém o uso das informações está condicionado aos interesses de cada gestor.

Em relação à continuidade de trabalhos como o desenvolvido pelo CET-UnB no município de Cavalcante, o entrevistado 3 diz que "o que tem que haver é manutenção desses

projetos que tem". "Não pode deixar morrer, esquecer". Contudo, segundo ele, a "comunidade não está pronta para dar manutenção nesses projetos".

4.2.2 Relação Entre os Aspectos Sociais, Econômicos e Ambientais

O turismo é uma fonte de renda importante para muitos países em desenvolvimento, de acordo com o *World Tourism Organization* (UNWTO). Além dos benefícios econômicos o turismo proporciona empregos para setores relacionados.

Analisando os aspectos econômicos e sociais, expressos nas entrevistas transcritas no tópico anterior, percebe-se que os entrevistados 2 e 3 compartilham da mesma informação em relação à questão do emprego. Embora sejam ofertados cursos de capacitação técnica no município de Cavalcante, ligados principalmente ao meio ambiente e ao turismo, o mercado de trabalho municipal não consegue absorver essa mão de obra recém formada. Esse fato, segundo os mesmos, acontece porque a economia municipal não é diversificada.

Há dois itens que influenciam nessa realidade. O primeiro deles é em decorrência do turismo não ser considerado como a principal fonte de desenvolvimento municipal, o que reduz os postos de trabalho fixo nesta área. O segundo motivo é o fato da prefeitura ser a principal fonte empregadora, o que permite, de acordo com os entrevistados, que em épocas eleitorais os empregos na atividade pública municipal sejam uma espécie de "moeda de troca" entre candidatos e a população.

Para confirmar esse dado, foi realizada uma pesquisa na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de Cavalcante. No relatório de 2011, a cidade possuía 943 trabalhadores formais. Desse quantitativo, 500 são funcionários da prefeitura, conforme observado na tabela sobre os servidores de Cavalcante obtida no Portal da Transparência do Estado de Goiás. Sendo assim, 53,02% dos trabalhadores do município são funcionários da prefeitura, o que demonstra que a prefeitura de Cavalcante é a maior empregadora do município. Cabe ressaltar que não foi possível fazer essa relação para o ano de 2012 por não ter sido encontrado a RAIS 2012.

Assim, considerando que a prefeitura sozinha não consegue girar a economia local, e como os empregos nos outros setores são escassos, isso contribui para que seja gerado um problema social.

Percebe-se ainda outro problema social que está relacionado com educação e emprego e os jovens do município. Em Cavalcante não há escolas de nível superior. Então quando os jovens terminam o ensino médio e querem dar continuidade aos estudos, com o intuito de ter mais chances de se sobressair no mercado de trabalho, eles são obrigados a deixar a cidade para morar em outras, em busca de maior qualificação e chances de emprego. Porém, essas pessoas nem sempre retornam à Cavalcante depois de concluírem seus estudos porque não têm oportunidade de emprego. Essa situação gera um déficit de parte do capital intelectual e da mão de obra qualificada na cidade.

Segundo os dois últimos entrevistados, o governo local não incentiva o desenvolvimento de outras atividades econômicas, mas citam a possibilidade do município alavancar e se desenvolver, por exemplo, com o ecoturismo.

É possível perceber que, com exceção da comunidade do Engenho II, a comunidade de Cavalcante não consegue aproveitar todo o potencial natural local e não há um entrosamento da comunidade com os demais agentes interessados para solução de problemas ligados ao turismo. Contudo, é possível verificar que atividades como o ecoturismo podem dar certo para o município, a exemplo do projeto desenvolvido na comunidade Kalunga do Engenho II, em que para o desenvolvimento e consolidação da atividade turística local os moradores da comunidade se organizaram para preservar o meio ambiente e o patrimônio cultural da comunidade. Em experiências como essa, é possível perceber o quanto o planejamento turístico tratado por Budeanu (2005) é importante para o próprio desenvolvimento do turismo, pois evita que aspectos negativos como danos a sociedade, cultura e natureza surjam.

O uso de abordagens colaborativas é importante para o desenvolvimento do turismo sustentável. Assim, de acordo com Kernel (2005) e Shaalan (2005), é essencial que haja uma interação harmônica entre interesses comuns e a participação dos governantes, empresários e a comunidade. Contudo, como expresso ao longo das entrevistas, em Cavalcante essa interação não é percebida entre esses agentes, e os interesses entre eles não são comuns. Mas, de acordo com o entrevistado 3, o interesse principal em estabelecer essa interação, deveria ser da administração pública, o que não exime as responsabilidades dos demais agentes.

Em relação aos aspectos ambientais, o entrevistado 2 cita que a população tem papel fundamental na preservação do meio ambiente. No município, segundo ele, a população não está engajada, embora já tenha demonstrado em momentos específicos, que lutando juntos por ideais comuns, são capazes de provocar mudanças na realidade cavalcantense.

Esse não engajamento, como citado pelos entrevistados 2 e 3, se deve ao fato de que as prioridades emergenciais da população são outras. Em escala de prioridades, na visão do entrevistado 2, a população quer primeiro suprir suas necessidades de emprego, melhoria de infraestrutura e melhoria da saúde. Devido a isso, elas não cobram dos governantes, e isso não gera mudanças no cenário de preservação ambiental.

No decorrer do referencial e no roteiro das entrevistas, foi citado sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Município de Cavalcante 2011/2014, em que a visão é: "Ser reconhecida, no âmbito nacional e internacional, como reserva de cerrado preservado voltada para a prática do ecoturismo".

Para tanto, o projeto que tem prazo para encerrar esse ano (2014), parece ainda não ter surtido efeito. Isso porque, de acordo com o secretário do meio ambiente, não há como saber o que está sendo executado dentro do plano, pois fora elaborado na gestão anterior. Essa constatação juntamente com outras informações obtidas ao longo das entrevistas, não permite identificar se esse projeto alcançará seus objetivos. Tal fato ocorre por não haver um elo entre as gestões que permita a continuidade do anteriormente executado com as futuras ações desejadas pela nova gestão.

Além disso, há também outros projetos que são elaborados e executados dentro de uma mesma gestão. Entretanto, alguns deles se tornam ineficazes devido a má gerência e falta de interação entre os diversos coordenadores. Exemplo disso foi o caso do projeto para implantação do Observatório para o Turismo Sustentável em Cavalcante citado por Souza *et al* (2010).

4.3 Síntese das Análises Quantitativa e Qualitativa

Para o entrevistado 1, as informações contábeis de caráter ambiental são importantes, e o seu reconhecimento poderá atuar como um direcionador para aplicação de recursos públicos, ou mesmo para sinalizar oportunidades de captação e investimentos. Tinoco e Robles (2006) também ressaltam essa importância, porém complementam citando que essas informações contribuem para a eficiência do uso de recursos naturais.

Em contrapartida, embora considere que essas informações sejam importantes, o entrevistado 2 acha que elas podem contribuir apenas para sensibilizar o governante na

realização de políticas públicas. Assim, caso não haja pré-disposição do gestor para tornar essa informação algo factível e executável ela não contribuirá para a tomada de decisão.

Seguindo essa linha, o entrevistado 3 corrobora com o 2, no sentido de que a informação, é importante, mas os gestores, como por exemplo, secretários do meio ambiente e turismo e o prefeito, aparentemente não apresentam interesse e nem preparação para utilizar os dados. Se houvesse isso, as informações seriam uteis na elaboração de projetos e relevantes para a tomada de decisão.

Ferreira (1995) cita que o governo e as empresas deveriam participar de pesquisas que busquem melhor quantificar os dados dos eventos que impactam o meio ambiente através de métodos de mensuração. Nesse sentido, o entrevistado 1 relata que embora essas informações sejam importantes, há dificuldades para gerá-las, pois os métodos de mensuração utilizados para os demais ativos não são capazes de atribuir valores aos bens ambientais.

A IPSA 17, que trata sobre ativo imobilizado, conceitua os bens ambientais e não exige o seu reconhecimento contábil. Mas caso as organizações reconheçam, devem-se atender as exigências de divulgação desta norma.

Como o valor dos bens ambientais não é refletido no mercado, criaram-se técnicas de valoração capazes de quantificar o seu valor. Dentre as técnicas existentes, conforme descrito e justificado ao longo dessa pesquisa, foi aplicado o Método dos Custos de Viagem (MCV) para calcular o valor dos bens ambientais de Cavalcante.

No decorrer das entrevistas foram apresentados os dados referentes à métrica de valoração calculada e como funciona o método. Para o entrevistado 1, caso fosse adotado o MCV haveria dificuldades em sua utilização, tais como: falta de agentes em número suficiente para realizar a pesquisa de campo e os que já existem não possuem a qualificação necessária. Somado a isso, seria necessário que fossem estabelecidas parcerias com diversos órgãos, como a Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo, de forma a auxiliar na execução dos trabalhos. O foco dado por ele foi na parte de elaboração e execução.

Já o entrevistado 3, se até não com a elaboração e execução, mas com o resultado final. Para ele as informações geradas pelo MCV podem ser úteis principalmente para a comunidade local. Caso ela saiba da importância disso, poderia melhor se preparar para receber os turistas.

A gestão ambiental é estabelecida como uma função de governo (Portaria 42/1999) e segundo Merico (2002 *apud* Garcia, 2012) depende do arcabouço legal e de uma estrutura técnico administrativo.

Considerando esse aspecto, em Cavalcante o corpo técnico, a exemplo do Departamento de Contabilidade, não está preparado para gerar informações de caráter ambiental e social, pois segundo o entrevistado 1, além de qualificação técnica, seria necessário empenho dos gestores municipais. Sendo assim, a contabilidade do município elabora apenas os relatórios obrigatórios, o que corrobora com Cruz, Marques e Ferreira (2009) que cita que setores público e privado evidenciam pouco sobre informações ambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho objetivou aplicar uma métrica de valoração ambiental para a reserva ambiental da Chapada dos Veadeiros, com o intuito de verificar a percepção dos agentes públicos em utilizar as informações geradas pela contabilidade como forma de contribuir para ação/planejamento de políticas públicas no Desenvolvimento Sustentável da região.

Com intuito de atingir o objetivo geral, utilizaram-se duas técnicas: o Método dos Custos de Viagem (MCV) na abordagem individual e a entrevista semiestruturada.

O MCV foi utilizado para calcular o valor dos bens ambientais que estão no território de Cavalcante. Com uma amostra de 354 questionários válidos, foi estimado o perfil dos turistas. Logo após, foram calculados os benefícios gerados pela visita aos bens ambientais chegando a um valor médio aproximado por visitante de R\$ 4.873,67.

Após realização das entrevistas semiestruturadas, percebe-se que há diversos problemas ligados a temática ambiental. Entre eles, ressalta-se a alta empregabilidade na prefeitura, o não comprometimento por parte dos gestores no desenvolvimento do turismo, o incipiente uso das informações contábeis na tomada de decisões, a descontinuidade dos projetos quando há troca de gestão e a falta de interação entre os órgãos municipais, a comunidade e os agentes turísticos.

Assim, partir das análises, pode-se dizer que as expectativas quanto aos objetivos específicos traçados foram atingidos, pois foi possível apresentar uma métrica de valoração para os bens ambientais do município. Quanto à percepção dos gestores em utilizar informações como as obtidas pelo MCV, para eles, embora a informação seja útil para tomada de decisão, ela é condicionada à fatores relacionados respectivamente à geração de dados e ao seu uso. Na geração de dados os fatores a considerar são as possíveis barreiras internas impostas pela administração, a falta de qualificação do pessoal do Departamento de Contabilidade para construir as informações sobre a valoração da reserva ambiental de Cavalcante. Sendo assim, é necessário que sejam estabelecidas parcerias para o levantamento de dados suficientes para o cálculo do MCV, a exemplo do trabalho desenvolvido pelo CET-UnB. Os fatores relacionados com o uso dessas informações na tomada de decisão estão condicionados ao interesse prévio do gestor.

O reconhecimento dos bens ambientais na contabilidade é de suma importância. Sendo Cavalcante uma área de preservação ambiental e com um valor cultural expressivo, seria

necessário informações sobre o meio ambiente para que fosse desenvolvida uma política de gestão ambiental eficaz. Porém como não há uma pré-disposição pelos próprios gestores em utilizar ferramentas que os auxiliem em suas atividades, isso dificulta tomar decisões que melhor contribuam para a preservação dos atrativos ambientais e para o desenvolvimento de políticas públicas locais.

A pesquisa apresentou algumas limitações, como o uso de questionários destinados para outros fins que não a valoração econômica, o que pode ser um fator limitante na estimativa dos custos de viagem. Outro fator a considerar foi a falta de dados, o que inviabilizou a aplicação do método na abordagem zonal.

Outras limitações referem-se ao próprio desenvolvimento da parte qualitativa que por si só já é subjetiva e ao número limitado da amostra nas entrevistas.

Para pesquisas futuras, sugere-se que sejam aplicados outros métodos de valoração indireta como, por exemplo, o Método da Valoração Contingente, e comparar os resultados encontrados com o Método dos Custos de Viagem. São sugeridas também pesquisas que utilizam o MCV individual considerando os múltiplos destinos, com o intuito de comparar qual reflexo é percebido quando os atrativos não são diferenciados.

Espera-se que a ferramenta apresentada nessa pesquisa para valoração de bens ambientais possa ser utilizada pelos gestores como um instrumento inovador que contribua sensivelmente para o desenvolvimento e acompanhamento de projetos ligados ao meio ambiente e ao turismo.

6 REFERENCIAS

ABREU, E. A. P.; SILVA, A. G.; JÚNIOR, G. da. S. Valoração econômica: Aplicação do método de custo de viagem para a praia da avenida em Maceió. **Anais...**, XXXVI Encontro Nacional de Economia – Salvador, Dezembro de 2008.

ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **International Public Sector Accounting Standard – IPSA 17- Property, Plant and Equipment**, 2009.

Acordo de Mohonk (2000). Documento distribuído pelo Instituto EcoBrasil. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/acordo_de_mohonk.pdf> Acesso em: 15/09/2013.

ANDRADE, J. X. **Má conduta na pesquisa em ciências contábeis**. 125 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Sistema de Levantamento de Preços**. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/preco/prc/Resumo_Mensal_Combustiveis.asp>. Acesso em 06 de Jan. 2013.

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Coefficiente Tarifário**. Disponível em: <<https://appweb.antt.gov.br/sgp/src.br.gov.antt/apresentacao/consultas/CoefficienteTarifario.aspx>>. Acesso em 06 Jan. 2013.

BAXTER, T.; BEBBINGTON, J.; CUTTERIDGE, D. (2004). The Sustainability assessment model (SAM) - Measuring Sustainable Development Performance. **6º Journées Scientifiques et Techniques**, Algiers, Algeria, June 2004.

BEBBINGTON, J. Engagement, education and sustainability: A review essay on environmental accounting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 10, n. 3, pp. 365-381, 1997.

BEBBINGTON, J. **Accounting for Sustainable Development Performance**. Elsevier Ltd, 2007.

BEBBINGTON, J.; GRAY, R.; HIBBIT, C.; KIRK, E. (2001). Full cost accounting: An agenda for action. **London: Association of Chartered Certified Accountants**. Disponível em: <http://www.icmap.com.pk/downloads/research-studies/a1_fca.pdf> Acesso em 25/10/2013.

BECKER, J. The potential of sustainable development in Costa Rica. **Sustainable Development**, v. 6, pp. 123–9, 1998.

BERTHELOT, S.; CORMIER, D.; MAGNAN, M. Environmental disclosure research: review and synthesis. **Journal of Accounting Literature**, Gainesville, v.22, n.1, pp.1-44, 2003.

BLAKEMORE, F.; WILLIAMS, A. British Tourists' Valuation of a Turkish Beach using contingent valuation and travel costs methods. **Journal of Coastal Research**; v. 25, n. 6, pp.1469-1460, nov. 2008.

BOCCHI, S. C. M.; JULIANI, C. M. C. M.; SPIRI, W.C. **Métodos Qualitativos de Pesquisa**: Uma tentativa de desmistificar a sua compreensão. Departamento de Enfermagem, Faculdade de Medicina - UNESP. Botucatu, 2008. Disponível em: <http://www.emv.fmb.unesp.br/publicacoes/enfermagem/pesquisa_qualitativa_2008.pdf>. Acesso em: 10/01/2014.

BOGAARDS, R. Cost benefit analysis and heritage regulation. **The economics of heritage: Integrating the costs and benefits of heritage into government decision making**. A national workshop, Camberra, Austrália, 2007.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n.1 (3), p. 68-80, jan-jul. 2005.

BOYD, J.; BANZHAF, S. What are ecosystem services? The need for standardized environmental accounting units. **Ecological Economic**, v. 63, pp. 616-626, 2007.

BRASIL. **Código Florestal Brasileiro**. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/info graficos/servicos-ambientais>>. Acesso em 06/01/2013.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 set. 1981. pp. 1120.

BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. pp. 1.

BUDEANU, A. Impacts and responsibilities for sustainable tourism: a tour operator's perspective. **Journal of Cleaner Production**, v.13, pp. 89-97, 2005.

CAMARGO, L. J. J.; CAMARGO, C. M. J.; RONDON, E. V.; QUEIROZ, H. P. B.; SANTOS, S. R. dos; FAVERO, S.; MERCANTE, M. A. Análise da Sustentabilidade do turismo ecológico no município de Bonito, Mato Grosso do Sul na promoção do desenvolvimento regional. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 23 (1): 65-75, abr. 2011.

CAMPORA, A. L.; MAY, P. H. A valoração ambiental como ferramenta de gestão em Unidades de Conservação: há convergência de valores para o bioma Mata Atlântica? **Megadiversidade**, v. 2, n. 1-2, Dez, 2006.

Centre for Social and Environmental Accounting Research (CSEAR). Disponível em: <<http://www.st-andrews.ac.uk/csear/>>. Acesso em: 26/4/2013.

CESÁRIO, F.J. Value of time in recreation benefit studies. **Land Economics**, v. 52, n. 1, pp. 32-41, 1976.

CET-UnB – CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO; FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Pesquisa de perfil e satisfação do Turista** . Projeto Observatório para o Turismo Sustentável em Cavalcante, Cavalcante, GO, 2011.

CLOUGH, P. W. J.; MEISTER, A. D. Allowing for multiple-site visitors in travel cost analysis. **Journal of Environmental Management**, v 32, pp. 115-125, 1991.

COFFMAN, M; BURNETT, K. **The Value of a Wave: Na Analysis of the Mavericks Region Half Moon Bay, California** . 2009. Disponível em: http://www.uhero.hawaii.edu/assets/Final_waves.pdf > Acesso em: 10/12/2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes; consultoria supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. - 3. Ed. - Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, C. F.; MARQUES, A. L; FERREIRA, A. C. de S. Informações Ambientais na Contabilidade Pública: Reconhecimento de sua Importância para a Sustentabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul/dez 2009.

DAMANDO, G. I. **Os Impactos do Turismo em Cavalcante-GO**. Trabalho do Curso de Especialização em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Brasília. Dez, 2003.

DAMIGOS, D. An overview of environmental valuation methods for the mining industry. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, pp. 234-247, 2006.

DASGUPTA, P. Valuing biodiversity. In: Simon Levin, editor. **Encyclopedia of biodiversity**. New York: Academic Press; 2000.

DENATRAN – Agência Nacional de Trânsito. **Rotas**. <<http://www.rotasdascidades.com.br>> Acesso em: 06 de Jan. 2013.

DOMICIANO, C. S.; RIBEIRO, F. L.; DOMICIANO, F. S. Análise do perfil socioeconômico e os custos de viagens dos visitantes do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) - Uma contribuição ao desenvolvimento da comunidade de seu entorno. **Anais...** Congresso Nacional de Meio Ambiente de Poços de Caldas. v.5, n.1, 2013.

DREXHAGE, J.; MURPHY, D. **Sustainable Development: From Brundtland to Rio 2012. Prepared by International Institute for Sustainable Development (IISD)**. United Nations Headquarters, New York, Sep. 2010. Disponível em: <http://www.un.org/wcm/webdav/site/climatechange/shared/gsp/docs/GSP1-6_Background%20on%20Sustainable%20Devt.pdf> Acesso em: 20/10/2013.

DUARTE, Alessandra. **Censo 2010: aumenta percentual de quem tem nível superior** (27/04/2012). In País O globo (site). Disponível em < <http://oglobo.globo.com/pais/censo-2010-aumenta-percentual-de-quem-tem-nivel-superior-4753687> >. Acesso em 12 dez. 2013.

DUBEUX, C. B. S. **A valoração econômica como instrumento de gestão ambiental - O caso da despoluição da baía de Guanabara.** 1998. 98 p. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético) - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ENGLIN, J.; CAMERON, T. A. Augmenting travel cost models with contingent behavior data. **Environmental and Resource Economics**, v.7, pp. 133-147, 1996.

ESPAÑA. **Real Decreto 437/1998.** Plan General de Contabilidad. 1998. Disponível em: <<http://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1998-6648>>. Acesso em: 25/11/2013.

EUGENIO, T.; LOURENÇO, I. C.; MORAIS, A. I. Recent developments in social and environmental accounting research. **Social Responsibility Journal**. v. 6, n. 2, pp. 286-305, 2010.

European Commission (2006). **ExternE: Externalities of Energy.** Disponível em: <http://www.externe.info/externe_2006/>. Acesso em: 29/10/2013

FADEEVA, Z. Development of the assessment framework for sustainability networking. **Journal of Cleaner Production**, v. 13, pp. 191–205, 2004.

FARIAS, K. T. R. ; RIBEIRO, M. S. . A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas. In: INTERNATIONAL ACCOUNTING CONGRESS - IAEER, 2009, SÃO PAULO. **Anais...**São Paulo: Anpcont, 2009.

FERREIRA, A. C. de S. Contabilidade de custos para gestão do meio ambiente. **Cad. estud.** [online]. 1995, n.12, pp. 01-06. ISSN 1413-9251.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2005.

FLEMING, C.M.; COOK, A. The recreational value of Lake McKenzie, Fraser Island: An application of the travel cost method. **Tourism Management**, v. 29, pp. 1197– 1205, 2008.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa - 3 ed. - Porto Alegre: Artmed, 2009. 405f.

F. YAW. Jr. Cleaner technologies for sustainable tourism: Caribbean case studies. **Journal of Cleaner Production**, v. 13, pp. 117–134, 2005.

FRAME, Bob; CAVANAGH, Jo. Experiences of sustainability assessment: Na awkward adolescence. **Accounting Forum**, v. 33, pp. 195-208, 2009.

GARCIA, J. R. **Valoração, cobrança pelo uso da água e a gestão das bacias hidrográficas do Alto Iguaçu e afluentes do Alto Ribeira: uma abordagem econômico-ecológica.** Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP, 2012.

GASPARATOS, A.; EL-HARAM, M.; HORNER, M. The argument against a reductionist approach for measuring sustainable development performance and the need for methodological pluralism. **Accounting Forum**, v. 33, pp. 245–256, 2009.

GLOBO ECOLOGIA 1. **Mato Grosso do Sul é referência nacional em turismo sustentável**. 14/09/2013. Disponível em:

<<http://rede globo.globo.com/globoecologia/noticia/2013/09/mato-grosso-do-sul-e-referencia-nacional-em-turismo-sustentavel.html>> Acesso em 20/09/2013.

GLOBO ECOLOGIA 2. **Paraísos naturais preservados são destino de ecoturismo no Brasil**. 22/06/2013. Disponível em:

<<http://rede globo.globo.com/globoecologia/noticia/2013/06/paraisos-naturais-preservados-sao-destino-de-ecoturismo-no-brasil.html>> Acesso em 20/09/2013.

GOODALL, B. Environmental auditing: a tool for assessing the environmental performance of tourism firms. **The Geophysical Journal**, v.161, n. 1, pp. 29–37, 1995.

GRAY, R. **Briefing: Social and Environmental Accounting Research**. Material publicado em 1995 pelo CSEAR. Disponível em: <<http://www.st-andrews.ac.uk/~csearweb/intromaterials/esrc.html>>. Acesso em: 10/01/2013.

GRAY, R., BEBBINGTON, J. Environmental Accounting, Managerialism and Sustainability: Is the planet safe in the hands of business and accounting? **Centre for Social and Environmental Accounting Research (CSEAR)**. 2000. Disponível em: <http://www.st-andrews.ac.uk/media/csear/discussion-papers/CSEAR_dps-sustain-envaccman.pdf>. Acesso em: 20/08/2013.

GUIA, A. T. B. **A Valoração econômica de Bens Culturais: Uma aplicação a monumentos da cidade de Tomar**. Dissertação de Mestrado em economia das organizações. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Portugal, Vila Real, 2008.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 2006.

HAKIN, A. R.; SUBANTI, S.; TAMBUNAN, M. Economic Valuation of Nature-Based Tourism Object in Rawapening, Indonesia: An Application of Travel Cost and Contingent Valuation Method. **Journal of Sustainable Development**. v. 4, n. 2, pp. 91-101, apr. 2011.

HANLEY, N.; SPASH, C. L. **Cost-benefit analysis and the environment**.1993. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/37/53/36190261.pdf>>. Acesso em 05/01/2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520530&idtema=75&search=goias%7Ccavalcante%7Cestimativa-da-populacao-2012>>. Acesso em: 25/03/2013.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Disponível em:

<<http://www.icmbio.gov.br/parnchapadadosveadeiros/quem-somos/historia.html>>. Acesso em: 23/04/2013.

- IPSASB - INTERNATIONAL PUBLIC SECTOR ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **IPAS 17: Property, Plant and Equipament**. London, 2011.
- JONES, M. J. Accounting for biodiversity: operationalising environmental accounting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 16, n. 5, pp. 762-789, 2003.
- KERNEL, P. Creating and implementing a model for sustainable development in tourism enterprises. **Journal of Cleaner Production**, v. 13, pp. 151–164, 2005.
- LARSON, R., FARBER, B. **Estatística Aplicada**. São Paulo: Pearson, 2010.
- LEE, K. F. Sustainable tourism destinations: the importance of cleaner production. **Journal of Cleaner Production**, v. 9, pp. 313-323, 2001.
- LOOMIS, J.; YORIZANE, S.; LARSON, D. Testing significance of multi-destination and multi-purpose trip effects in a travel cost method demand model for whale watching trips. **Agricultural and Resource Economics Review**, v. 29, n. 2, pp. 183-191, 2000.
- LOOMIS, J.; TADJION, O.; WATSON, P.; WILSON, J.; DAVIES, S.; THILMANY, D. A Hybrid individual-zonal travel cost model for estimating the consumer surplus of golfing in Colorado. **Journal of Sports Economics**, v. 10, n. 2, pp. 155-167, 2009.
- LOUSIER, J. Daniel. Sustainable Economy II: Sustainability Models. BC Institute of Social Ecology, Mar. 2010.
- MAIA, A. G. **Valoração de Recursos Ambientais**. 2002, 184p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia UNICAMP, Campinas.
- MAIA, A. G.; ROMEIRO, A. R. Validade e confiabilidade do método de custo de viagem: um estudo aplicado ao Parque Nacional da Serra Geral. **Econ. aplic.**, v. 12, n. 1, p. 103-123, jan.-mar. 2008.
- MALTA, R.R.; COSTA, N.M.C. da; COSTA, V. C. **Valoração Econômica dos Serviços Recreativos e Ecoturísticos em uma Unidade de Conservação – O Caso do Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro – RJ) – Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo62.pdf> Acesso em: 10/01/2013.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- McGEHEE, N. G.; BOLEY, B. B.; HALLO, J. C.; McGEE, J. A.; NOORMAN, W.; OH, Chi-Ok; GOETCHEUS, C. Doing sustainability: an application of an inter-disciplinary and mixed-method approach to a regional sustainable tourism project. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 21, n. 3, pp. 355-375, 2013.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C.E.F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. 2011. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, pp.44.

MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em: 10/12/2013.

MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO. Gabinete do Ministro. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 1999.

MOREIRA, M. L. O. **Unidades de Conservação** - Estado de Goiás. (2000). Disponível em: < <http://www.sieg.gov.br/downloads/Unidade%20Conserva%C3%A7%C3%A3o1.pdf> >. Acesso em: 16/07/2013.

MOTTA, R. S. da. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Rio de Janeiro, IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997.

MUELLER, Charles C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. 1ª Edição. Ed. Universidade de Brasília, FINATEC, 2007.

NAVRUD, S.; PRUCKNER, G. J. Environmental valuation e to use or not to use? A Comparative Study of the United States and Europe. **Environmental and Resource Economics**, v. 10, pp. 1-26, 1997.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental**: Uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 246P. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), Universidade de São Paulo, São Paulo.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO - CAVALCANTE. **Conheça Cavalcante (2008)**. Disponível em:

<http://www.cet.unb.br/observatorio/cavalcante/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=37> Acesso em: 06/01/2013.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Cavalcante - 2011/2014**. Disponível em:

<<http://www.observatoriodoturismo.tur.br/?go=1&url=6335e8fc531601680ab71b5977782f050a0404da&idPub=56>>. Acesso em: 15/09/2013.

ORTIZ, R. A.; MOTTA, R. S. da.; FERRAZ, C. A Estimando o valor ambiental do Parque Nacional do Iguaçu: uma aplicação do método de custo de viagem. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2001, 26 p. (**Texto para discussão**, 777).

PÁDUA, M. T. J. **Mais unidades de conservação para Goiás**. 01/04/2013. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/maria-tereza-jorge-padua/27046-mais-unidades-de-conservacao-para-goias>>. Acesso em: 6/02/2013.

PARKER, L. D. Twenty-one years of social and environmental accountability research: A coming of age. **Accounting Forum**, v. 35, pp. 1-10, 2011.

PEARCE, David. Economic Valuation and the Natural World. Centre for Social and Economic Research on the Global Environmental. London and Norwich, UK. **World Development Report**, 1992.

PEREZ, E. A.; SAMPOL, C. J. Tourist expenditure for mass tourism markets. **Annals of Tourism Research**, v. 27, n. 3, pp. 624–637, 2000.

Portal da Transparência do Estado de Goiás. **Consulta Servidores**. Disponível em: <<http://cavalcante.megasofttransparencia.com.br/index.jsf>>. Acesso em: 20/01/2014.

PORTER, S. An examination of measurement methods for valuing heritage assets using a tourism perspective. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 1 n. 2, pp.68 – 92, 2004.

RAMM, N. H. Toward Sustainable Destinations: An analysis of the Danish destination recognition scheme - Destination 21 and the Island of MON. Copyright © **IIIEE**, Lund University, pp. 1-133, 2000.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F.; BORBA J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. . **R.Adm.**, São Paulo, v.47, n.2, pp. 217-230, abr./mai/jun. 2012.

SAMPAIO, E. S.; PORTE, M. de S. **DISCLOSURE Ambiental**: uma análise comparativa entre o nível de divulgação ambiental Brasil X Espanha. III CSEAR - Conferência Interamericana de Contabilidade Socioambiental - América do Sul. UFPA - Belém - Brasil, jun/2013.

SAMPIERE, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, C. E. M. dos. **Gestão estratégica: Aplicação das ferramentas do livro a estratégia do oceano azul no setor de drogarias e farmácias em Santiago/RS**. Trabalho de especialização. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Campos Santiago. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Santiago, 2012.

SELIN, S.; CHAVES, D. Developing an evolutionary tourism partnership model. **Annals of Tourism Research**, v. 22, n. 4, pp. 844–856, 1995.

SELLTIZ.; WRIGHTSMAN,; COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamento de pesquisa**. 2.ed. São Paulo: EPU, 1987. v. 1.

- SEM FRONTEIRAS. **Sem Fronteiras mostra relatório que aponta valor da biodiversidade para políticas locais.** Globo News, 12/07/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/sem-fronteiras/videos/t/todos-os-videos/v/sem-fronteiras-mostra-relatorio-que-aponta-valor-da-biodiversidade-para-politicas-locais/2038803/>> Acesso em 10/01/2013.
- SHAALAN, I. M. Sustainable tourism development in the Red Sea of Egypt threats and opportunities. **Journal of Cleaner Production**, v.13, pp. 83-87, 2005.
- SMITH, V. K. Nonmarket valuation of environmental resources: Na interpretive appraisal. **Land Economics**, v. 69, n. 1, pp.1–26, 1993.
- SOUZA, L. H. de.; MOLLO, M. de L.; SILVA, E. M. da; BIMBATTI, D. Em busca de Participação e Sustentabilidade na Gestão do Turismo: os Observatórios para o Turismo Sustentável de Cavalcante e Cristalina. **Revista Turismo & Desenvolvimento**. nº 13, 2010.
- STEIGLEIDER, A. M. **Critérios de Valoração econômica dos danos a bens culturais materiais.** 2010. Disponível em: <http://www.rkladvocacia.com/arquivos/artigos/art_srt_arquivo20100818120814.pdf> acesso em 04/01/2013.
- TAFURI, A. C. **Valoração Ambiental do Parque Estadual do Itacolomi, Ouro Preto, Minas Gerais.** 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- TEEB. **TEEB MANUAL FOR CITIES: Ecosystem Services in Urban Management.** The Economics of Ecosystems & Biodiversity (TEEB), 2011. Disponível em: <http://www.teebweb.org/wp-content/uploads/Study%20and%20Reports/Additional%20Reports/Manual%20for%20Cities/TEEB%20Manual%20for%20Cities_English.pdf> Acesso em 27/05/2013.
- TEPELUS, C. M.; CÓRDOBA, R. C. Recognition schemes in tourism-from "eco" to "sustainability"?. **Journal of Cleaner Production**, v. 13, pp. 135–140, 2005.
- TINOCO, J. E. P; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** 3.ed. São Paulo Atlas, 2011.
- TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. **A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial:** estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. **RAP Rio de Janeiro**, v. 40, n 6, pp. 1077-1096, nov. /dez. 2006.
- TURNER, R. K; JONES, S. M.; FISHER, B. Ecosystem valuation: a sequential decision support system and quality assessment issues. *Annals of the New York Academy of Sciences*, Issue: **Ecological Economics Reviews**, v. 1185, pp. 79-101, 2010.
- WALSH, R.G., BJONBACK R.D., AIKEN R.A., ROSENTHAL D.H.. Estimating the public benefits of protecting forest quality. **Journal of Environmental Management**, v. 30, pp. 175-189, 1990.

WILD, S. Accounting for Heritage, Cultural and Community Assets – Alternative Metrics from a New Zealand Māori Educational Institution, **Australasian Accounting Business and Finance Journal**, v.7, n. 1, pp. 3-22, 2013.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. Cengage Learning, 2006.

World Commission on Environment and Development (WCED), 1987. Our Common Future. United Nations. Disponível em: <http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987.pdf> Acesso em: 20/10/2013.

World Tourism Organization (UNWTO). Why Tourism? Tourism – an Economic and Social Phenomenon. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/en/content/why-tourism>>. Acesso em: 30/09/2013.

XING, Y.; MALCOLM, R.; HORNER, W.; EL-Haram, M. A.; BEBBINGTON, J. A framework model for assessing sustainability impacts of urban development. **Accounting Forum**, v. 33, pp. 209-224, 2009.

ANEXO A: Pesquisa de Perfil e Satisfação do Turista - 2011

Questionário Cavalcante-GO Pesquisa de Perfil e Satisfação do Turista – 2011				
IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADOR				
01	Pesquisador: _____	02	Data da aplicação:	
03	Acontece eventos na cidade: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Quais? _____		<input type="checkbox"/> Feriado <input type="checkbox"/> Fim de semana <input type="checkbox"/> Dia de semana	
MUNICÍPIO				
Prezado(a) Sr.(a):				
Este questionário, elaborado por técnicos da Universidade de Brasília, faz parte de uma pesquisa que visa compreender a satisfação, os desejos e o perfil daqueles que visitam o município de Cavalcante. Os resultados poderão ajudar os setores público e privado a desenvolver um turismo que se aproxime das necessidades dos turistas, aproveitando da melhor forma os recursos locais e considerando as prioridades de conservação dos atrativos naturais e culturais da região. Desde já, estamos muito gratos pela sua resposta e colaboração!				
SEU PERFIL				
04	Qual o seu local de residência? <input type="checkbox"/> Brasil Qual Estado? _____ <input type="checkbox"/> Outro país Qual? _____	05	De onde está vindo? _____	
07	Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	06	Para onde vai, depois de sua estadia em nosso Município? _____	
08	Idade: <input type="checkbox"/> 15-20 <input type="checkbox"/> 21-30 <input type="checkbox"/> 31-40 <input type="checkbox"/> 41-50 <input type="checkbox"/> Acima de 50	09	Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Separado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> União estável <input type="checkbox"/> Viúvo	
10	Escolaridade: <input type="checkbox"/> Fundamental (1ª a 8ª série) <input type="checkbox"/> Médio (2º grau) <input type="checkbox"/> Superior (3º grau) <input type="checkbox"/> Pós-graduação	11	Renda: <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Menos que R\$ 545,00 <input type="checkbox"/> 545,00 – 2725,00 reais <input type="checkbox"/> 2726,00 – 5450,00 reais <input type="checkbox"/> 5451,00 – 10.900 reais <input type="checkbox"/> Acima de 10.900 reais	
12	Principal Ocupação: <input type="checkbox"/> Estudante <input type="checkbox"/> Profissional liberal <input type="checkbox"/> Funcionário Público <input type="checkbox"/> Empresário <input type="checkbox"/> Consultor <input type="checkbox"/> Outra Qual: _____			
HÁBITOS DO TURISTA				
13	Qual o meio de transporte que utilizou para chegar ao Município/destino turístico? <input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Van <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Outros _____	14	Com quem viaja? <input type="checkbox"/> Companheiro/Cônjuge <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Amigos <input type="checkbox"/> Grupo organizado <input type="checkbox"/> Sozinho 14.1 No caso de viagem com Família, Amigos ou Grupo Organizado, quantos são: _____	
15	Onde está hospedado? <input type="checkbox"/> Casa de amigos/familiares <input type="checkbox"/> Pousada <input type="checkbox"/> Camping <input type="checkbox"/> Hotel <input type="checkbox"/> Casa própria <input type="checkbox"/> Casa alugada <input type="checkbox"/> Outro _____	16	Quantos dias vão ficar na cidade: 1 dia <input type="checkbox"/> 2 dias <input type="checkbox"/> 3 dias <input type="checkbox"/> 4 dias <input type="checkbox"/> 5 dias <input type="checkbox"/> mais de 6 dias	
17	Quantas vezes esteve no município/destino? <input type="checkbox"/> 1ª vez <input type="checkbox"/> 2 vezes <input type="checkbox"/> 3 vezes <input type="checkbox"/> 4 vezes <input type="checkbox"/> Acima de 4	18	Pretende retornar? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
19	Quais as fontes de informação que lhe ajudaram a escolher e informar-se sobre o município/destino turístico? <input type="checkbox"/> Recomendações de amigos/familiares <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Negócios <input type="checkbox"/> Agência de viagem <input type="checkbox"/> Publicidade em jornais, revista e TV <input type="checkbox"/> Guia Turístico <input type="checkbox"/> Outros. Quais _____	20	Indique o principal motivo de sua viagem <input type="checkbox"/> Negócios <input type="checkbox"/> Visita a parentes e amigos <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Eventos <input type="checkbox"/> Outros: _____	
21	Que locais visitou neste município e seu entorno?	22	Quais atividades de lazer você praticou na cidade?	
	1. _____ 2. _____		1. _____ 2. _____	
	3. _____ 4. _____		3. _____ 4. _____	
	5. _____ 6. _____		5. _____ 6. _____	
			7. _____ 8. _____	
SEU GASTO MÉDIO TOTAL DIÁRIO: R\$ _____, e apenas em...				
23	Hospedagem: R\$ _____	24	Alimentação: R\$ _____	
25	Passeios: R\$ _____	26	Artesanato: R\$ _____	
27	Serviços de Guia: R\$ _____	28	Compras Diversas: R\$ _____	

SUAS IMPRESSÕES SOBRE O DESTINO					
Marcar os quadros seguintes conforme indicação correspondente: 0 Pésimo 1 Ruim 2 Regular 3 Bom 4 Ótimo					

Avaliação da infraestrutura do Município visitado

Itens		0	1	2	3	4	Não sei
1	Estradas para chegar ao município						
2	Sinalização rodoviária para chegar ao Município						
3	Limpeza urbana						
4	Iluminação pública						
5	Segurança pública						
6	Estradas ou vias para chegar aos atrativos						
7	Sinalização até os atrativos						
8	Estrutura de Transporte Municipal (terminal, vias, estacionamentos)						

Avaliação dos atrativos turísticos do Município

Itens		0	1	2	3	4	Não Sei
1	Sinalização nos atrativos						
2	Cultura local						
3	Cachoeiras, praias fluviais e rios						
4	Gastronomia local						
5	Segurança nos atrativos						
6	Atendimento nos atrativos						
7	Preço nos/dos atrativos						

Avaliação dos meios de hospedagem

Itens		0	1	2	3	4	Não Sei
1	Atendimento nos hotéis, pousadas, <i>camping</i> ou outro meio de hospedagem utilizado						
2	Instalações dos hotéis, pousadas, <i>camping</i> ou outro meio utilizado						
3	Satisfação com o preço cobrado pelos hotéis, pousadas, <i>camping</i> ou outro, considerando custo x benefício						

Avaliação dos equipamentos de gastronomia

Itens		0	1	2	3	4	Não Sei
1	Atendimento nos restaurantes, bares, cafeterias e lanchonetes.						
2	Instalações dos restaurantes, bares, cafeterias e lanchonetes.						
3	Satisfação com o preço cobrado pelos restaurantes, bares, cafeterias e lanchonetes.						

Avaliação das informações turísticas

Itens		0	1	2	3	4	Não Sei
1	Atendimento no Centro de Informações Turísticas						
2	Informações prestadas no Centro de informações turísticas						
3	Infraestrutura do Centro de informações turísticas.						
4	Atendimento do Guias de Turismo						
5	Clareza das informações prestadas pelos guias.						
6	Preços do serviço de guias de turismo						

Avaliação dos serviços de transporte

Itens		0	1	2	3	4	Não sei
1	Transporte urbano coletivo						
2	Táxi						
3	Moto táxi						
4	Metro/trem						

		0	1	2	3	4	Não sei
Impressão geral do município							

29	Quais foram as suas impressões positivas neste município?	30	Quais foram as suas impressões negativas neste município?
	_____		_____
	_____		_____
	_____		_____

O QUE ACHA IMPORTANTE QUANDO VIAJA?							
Marcar os quadros seguintes conforme indicação correspondente: 0 Nada 1 Pouco 2 Mais ou menos 3 Bastante 4 Muito							
	Itens	0	1	2	3	4	Não Sei
1	Ambiente despoluído						
2	Contato próximo com a natureza						
3	Ambiente calmo e tranquilo						
4	Simpatia da população local						
5	Acesso à região						
6	História e cultura local/regional						
7	Infraestrutura de apoio (banco, lojas, serviços)						
8	Boa informação turística						
9	Sinalização/facilidade para encontrar os locais						
10	Qualidade das trilhas						
11	Oportunidade para conhecer pessoas, convívio						
12	Variedade de atrações						
13	Vida noturna animada						
14	Oferta de atividades para crianças						
15	Oferta de atividades esportivas						

Observações:

Fonte: Observatório para o Turismo Sustentável, CET-UnB e Fundação Banco do Brasil (2011).

APÊNDICE A: Roteiro de Entrevista

Entrevistados: Secretário Municipal do Meio Ambiente

ROTEIRO

Assunto: Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico, Turismo Sustentável e Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com o plano estratégico de desenvolvimento turístico do município de Cavalcante 2011-2014 a **missão** e a **visão** do projeto são respectivamente:

"Valorização da cultura local com a intensificação da promoção do destino por meio da divulgação da identidade local".

"Ser reconhecida, no âmbito nacional e internacional, como maior reserva de cerrado preservado voltada a prática do ecoturismo".

1. Para alcançar a missão e a visão do plano estratégico de desenvolvimento turístico foram estabelecidos programas e projetos.

1.1 Como a prefeitura de Cavalcante vêm desenvolvendo estes programas e projetos?

1.2 É feito algum tipo de acompanhamento contínuo, com intuito de certificar que possíveis dificuldades possam ser sanadas em tempo hábil de forma a não comprometer os resultados esperados? Como esses acompanhamentos são feitos?

1.3 Quais programas surtiram efeitos (positivos ou negativos) na região?

- Houve aumento no número de turistas no município?
- Influenciou a economia municipal?
- Como esses programas auxiliam na preservação do meio ambiente?

1.4 Quais as principais dificuldades enfrentadas na execução dos projetos?

- Mão de Obra;
- Recursos financeiros;
- Falta de entrosamento entre os órgãos responsáveis pela coordenação dos projetos.

2. Quais as perspectivas para a implementação eficaz do Plano de Desenvolvimento Turístico visando alcançar o desenvolvimento local?

3. O turismo é um instrumento que contribui diretamente para o desenvolvimento local. Sendo assim, no seu ponto de vista, haveria benefícios/ prejuízos na implementação do turismo no município de Cavalcante?

- Quais seriam as vantagens/ benefícios ambientais, sociais e econômicos?
- Quais seriam os prejuízos, de acordo com as condições atuais? Essas condições seriam principalmente de ordem econômica, social ou ambiental?

4. Quais as ações do Turismo Sustentável já foram implantadas no município de Cavalcante?

4.1 Quais as dificuldades enfrentadas para a implantação dos projetos ligados ao turismo que buscam trazer recursos econômicos ao município, incentivem a preservação do meio ambiente pelos turistas e gerem empregos para a comunidade local?

5. A interação entre o governo, a população e os guias turísticos (operador turístico) é importante para a implantação do Turismo Sustentável.

5.1 Sendo assim, quais são as ações desenvolvidas pelo governo local, capazes de promover a interação com a população e guias turísticos para desenvolvimento do turismo?

5.2 Qual sua percepção sobre o papel da comunidade na implantação do Turismo Sustentável?

5.3 Depois de desenvolvidos alguns trabalhos no município sobre o turismo, como a tentativa de programar o Observatório do Turismo Sustentável e o Plano de Desenvolvimento Turístico, na sua percepção, esses projetos ocasionaram mudanças de atitudes na população e no poder público no período de 2011 a 2013? Se sim, quais foram essas mudanças?

6. Foi realizada uma pesquisa pelo Observatório do Turismo. Baseado nos questionários aplicados em 2011 e 2012 em Cavalcante, calculamos o valor dos bens ambientais da região utilizando a metodologia dos Custos de Viagem chegando ao valor econômico de R\$ 4.873,67 por visitante.

Explicação breve sobre a metodologia dos Custos de Viagem: O método capta os benefícios econômicos que são atribuídos a um patrimônio natural considerando os gastos realizados por turistas/visitantes para se locomoverem até o local do destino, levando em conta todos os gastos de uma forma global como passagens aéreas ou terrestres, hospedagem e refeições e o custo de oportunidade, onde o tempo e o custo influenciarão na procura pelo bem.

Dados da pesquisa:

- Sexo: Quem mais valorou foram os homens (51,98%).
- Faixa etária dos turistas: Entre 21 e 30 anos.
- Escolaridade: 61,02% possuem ensino superior.
- Origem dos turistas: 47,74% são de Brasília e 16,38% são de Goiânia.
 - Você acha que essas informações podem ajudar os governantes na criação de projetos e no monitoramento da execução dos mesmos?

APÊNDICE B: Roteiro de Entrevista

Entrevistado: Contador

ROTEIRO

Assunto: Normas Técnicas e Valoração Ambiental

A contabilidade como um sistema de informação está sujeita a diversas normas e órgãos normatizadores.

1. O departamento de contabilidade da prefeitura municipal de Cavalcante é assessorado por alguma empresa de consultoria contábil?

2. O que você pensa sobre a aplicabilidade das Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público na contabilidade do município?

3. A IPSA 17 trata sobre ativo imobilizado, onde conceitua dentre outros itens o patrimônio cultural. Considerando que os recursos naturais fazem parte do patrimônio público, ao menos na teoria eles deveriam ser reconhecidos nos demonstrativos contábeis e orçamentários nas esferas Federal, Estadual e Municipal, pois eles são capazes de gerar benefícios futuros, enquadrando assim na definição de ativos. Considerando que as informações contábeis sobre este tema é caracterizado como um instrumento relevante que pode auxiliar na gestão dos recursos ambientais pelas entidades governamentais, o que você pensa sobre a possibilidade de implantação dessas informações nos relatórios contábeis do município de Cavalcante?

- É possível?
 - Se sim, como poderiam ser inseridos?
 - Se não, por que não é possível?
- É viável considerando as ferramentas de mensuração existentes no setor atualmente?

4. Foi realizada uma pesquisa pelo Observatório do Turismo. Baseado nos questionários aplicados em 2011 e 2012 em Cavalcante, calculamos o valor dos bens ambientais da região utilizando a metodologia dos Custos de Viagem chegando ao valor econômico de R\$ 4.873,67 por visitante.

Explicação breve sobre a metodologia dos Custos de Viagem: O método capta os benefícios econômicos que são atribuídos a um patrimônio natural considerando os gastos realizados por turistas/visitantes para se locomoverem até o local do destino, levando em conta todos os gastos de uma forma global como passagens aéreas ou terrestres, hospedagem e refeições e o custo de oportunidade, onde o tempo e o custo influenciarão na procura pelo bem.

Dados da pesquisa:

- Sexo: Quem mais valorou foram os homens (51,98%).

- Faixa etária dos turistas: Entre 21 e 30 anos.
- Escolaridade: 61,02% possuem ensino superior.
- Origem dos turistas: 47,74% são de Brasília e 16,38% são de Goiânia.

O MCV é citado pela teoria como um instrumento da economia capaz de mensurar valores de bens que não possuem mercado ativo, sendo, portanto difícil de quantificá-los em termos monetários a valor de mercado.

Analisando os demonstrativos contábeis do município, podemos perceber que o valor dos bens ambientais não está inserido em nenhum deles.

4.1 Caso seja adotado essa metodologia proposta, que tipo de barreiras poderiam ser enfrentadas para colocar essas informações nos relatórios contábeis?

4.2 Quais impactos, no seu ponto de vista, essas informações poderiam trazer para as pessoas que tomam decisões tendo como base as informações demonstradas pelos relatórios contábeis?

- Impactos positivos

- Amplia o leque de informações sobre o assunto, como monitoramento da quantidade de turistas que visitam o município; idade, auxiliando em projetos que busquem chamar atenção de outras faixas etárias de turistas;

- Impactos negativos

- Não há demanda no município para esse tipo de informação
- Dificuldade para desenvolvimento da metodologia, uma vez que demanda tempo e mão-de-obra para coletar os dados necessários.

4.3 Você acha que é interessante dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo CET-UnB com o intuito de fornecer os dados para a contabilidade?

5. Já houve alguma tentativa para elaboração de relatórios não obrigatórios como Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade?

6. Você acha que é possível atualmente, na realidade que vive o município, elaborar relatórios cujas informações sejam de caráter ambiental e social?

APÊNDICE C: Roteiro de Entrevista

Entrevistado: Cidadão local

ROTEIRO

Assunto: Desenvolvimento Sustentável

De acordo com o plano estratégico de desenvolvimento turístico do município de Cavalcante 2011-2014 a Visão do projeto é:

"Ser reconhecida, no âmbito nacional e internacional, como maior reserva de cerrado preservado voltada a prática do ecoturismo".

1. Qual o papel da comunidade na preservação ambiental?

- atua como agente fiscalizador
- atua como agente executor
- atua como agente planejador

2. O governo local realiza ações em prol da preservação ambiental do município?

- Se sim, quais são essas ações?
 - Campanhas em parceria com a secretaria de turismo
- Se não, em sua opinião, qual é o motivo do governo local não desenvolver ações ligadas à preservação ambiental?

3. O que o governo faz em prol do desenvolvimento social e econômico?

- Desenvolvimento Social
 - O governo promove cursos de capacitação como (formação de guias turísticos), artesanato, culinária, costura?
- Desenvolvimento Econômico
 - Há incentivo para a criação de serviços para a comunidade a partir do turismo?
 - Em sua opinião, quais as outras formas de trabalhos que podem ser oferecidas que não estejam ligados ao turismo?

4. A interação entre o governo, a população e operador turístico é importante para o Desenvolvimento Local. Sendo assim, como a comunidade local interage com o governo, visando tomar decisões que beneficie os aspectos sociais, econômicos e ambientais?

4.1 A comunidade é convidada pelos agentes públicos a participar das decisões ligadas ao desenvolvimento do turismo?

4.2 A comunidade se vê no dever de participar, seja cobrando por melhorias, seja atuando no desenvolvimento dos projetos ligados ao turismo?

5. O que você acha do desenvolvimento de Cavalcante estar ligado ao desenvolvimento do turismo?

6. Você acha que tem alternativa para o município se desenvolver a não ser com o desenvolvimento do turismo?

7. Você acha que a comunidade consegue perceber algum benefício com a chegada de turistas no município? Se sim, quais são esses benefícios?

7.1 O aumento de turistas faz com que a criminalidade, roubos e uso de drogas aumente no município?

7.2 Os visitantes interferem na qualidade de vida dos moradores da cidade?

8. Foi realizada uma pesquisa pelo Observatório do Turismo. Baseado nos questionários aplicados em 2011 e 2012 em Cavalcante, calculamos o valor dos bens ambientais da região utilizando a metodologia dos Custos de Viagem chegando ao valor econômico de R\$ 4.873,67 por visitante.

Explicação breve sobre a metodologia dos Custos de Viagem: O método capta os benefícios econômicos que são atribuídos a um patrimônio natural considerando os gastos realizados por turistas/visitantes para se locomoverem até o local do destino, levando em conta todos os gastos de uma forma global como passagens aéreas ou terrestres, hospedagem e refeições e o custo de oportunidade, onde o tempo e o custo influenciarão na procura pelo bem.

Dados da pesquisa:

- Sexo: Quem mais valorou foram os homens (51,98%).
- Faixa etária dos turistas: Entre 21 e 30 anos.
- Escolaridade: 61,02% possuem ensino superior.
- Origem dos turistas: 47,74% são de Brasília e 16,38% são de Goiânia.

- Você acha que essas informações podem ajudar os governantes na criação de projetos e no monitoramento da execução dos mesmos?

APÊNDICE D: Consentimento para áudio da entrevista

CONSENTIMENTO PARA ÁUDIO DA ENTREVISTA

Eu, _____, concordo em participar da pesquisa intitulada "Métrica de valoração ambiental: Uma percepção da gestão pública no município de Cavalcante." sob responsabilidade da pesquisadora FERNANDA JAQUELINE LOPES (mestranda).

Declaro que fui esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, descritos abaixo:

- a) Apresentar uma métrica de valoração ambiental;
- b) Verificar a percepção dos agentes públicos em utilizar a informação como uma forma de contribuir para a ação/planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região.

Diante disso, estou ciente de que:

- É um procedimento voluntário, que não envolve custo ou risco para minha pessoa;
- Posso desistir a qualquer momento;
- Caso eu desista de participar dessa pesquisa meus dados não serão utilizados em outra pesquisa;
- Tenho garantia de anonimato, meu nome não será revelado;
- Tenho garantia de sigilo das gravações e que essas estarão somente sob a guarda do pesquisador responsável (mestranda)
- Não receberei pagamento por participar dessa pesquisa.

Para obter informações e esclarecimentos adicionais a respeito da pesquisa, posso contatar os pesquisadores, a qualquer momento, por meio dos telefones: 61 8333-1955 ou 61 3107-0812, e-mail: fernandalopes2@hotmail.com ou ffreire51@gmail.com e também pelo endereço comercial: Universidade de Brasília - UnB, Campus Darcy Ribeiro, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias - CCA.

Fernanda Jaqueline Lopes
Pesquisadora

Entrevistado (a)